

Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM

**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES**

2018

Ficha Técnica

Relatório de Atividades - 2018

Edição

Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM

Rua das Pretas n.º 1

9004-515 Funchal

Telf. 291212300, Fax 291281421

iasaude@iasaude.madeira.gov.pt

<http://www.iasaude.pt>

ÍNDICE

1 – Nota Introdutória	4
1.1 – Metodologia de elaboração do relatório	4
1.2 – Missão	4
1.3 – Atribuições	5
1.4 - Caraterização	7
1.5 – Objetivos estratégicos	8
2 – Análise dos recursos das atividades desenvolvidas	9
2.1 – Recursos Humanos	9
2.2 – Recursos Financeiros	9
2.3 – Análise das atividades desenvolvidas pelas Unidades	11
2.3.1. - Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral (DSPAG)	11
2.3.1.1 -Unidade de Engenharia Sanitária (UES)	14
2.3.1.2 – Laboratório de Saúde Pública	17
2.3.1.3. - Unidade Operacional de Administração Geral (UAG)	19
2.3.1.4. – Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (UCAD).	23
2.3.2. – Departamento de Gestão Financeira e Contratualização (DGFC)	30
2.3.2.1 - Unidade Flexível de Sistemas de Informação (USI)	33
2.3.2.2. – Unidade Operacional de Contratualização (UOC)	35
2.3.3. - Gabinete Jurídico (GJ)	39
2.3.4. - Gabinete de Assuntos Farmacêuticos (GAF)	41
3 – Modernização Administrativa	43
4 - Avaliação	45
5 - ANEXOS	47
UOC	

I – NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos do DL n.º 183/96, de 27.09, apresenta-se o Relatório de Atividades do IASAÚDE, referente ao ano de 2018. O presente instrumento de gestão descreve e avalia anualmente os objetivos atingidos, o grau de realização e execução dos programas/atividades e ainda os recursos utilizados.

A elaboração deste relatório é o resultado do contributo e da participação ativa de todas as unidades orgânicas deste Instituto e reflete a capacidade de resposta aos desafios que lhe são colocados, sendo um instrumento de avaliação das atividades desenvolvidas e das metas alcançadas.

1.1. Metodologia de elaboração do relatório

O presente Relatório de Atividades foi elaborado tendo por base a missão e atribuições do IASAÚDE, IP-RAM.

Para a elaboração deste documento foi solicitado por mail a todas as unidades orgânicas por forma a dar início a este ciclo de autoavaliação, anexando o modelo em uso com as atividades referenciadas no Plano de Atividade.

Foi ainda solicitado que, no âmbito do artigo 3.º do DL n.º 183/96, de 27 de setembro, se desse conhecimento aos trabalhadores afetos a cada unidade orgânica, por forma a fomentar e assegurar a sua efetiva participação.

Cada Departamento/Unidade Orgânica efetuou a sua análise qualitativa e quantitativa, fundamentando quando necessário, a realização do objetivo ou no caso de incumprimento de atividades, ações e/ou projetos, as causas da não execução ou de resultados insuficientes. A informação obtida foi sistematizada e harmonizada em articulação com as unidades orgânicas, tendo sido objeto de reanálise e correção pelas mesmas, sendo posteriormente consolidada num documento final.

1.2.- Missão

O IASAÚDE, IP-RAM tem por missão apoiar a definição de políticas, prioridades e objetivos para o setor da saúde e consumo, na procura de ganhos em saúde e de um elevado nível de proteção dos direitos e interesses dos consumidores, assegurando a melhor articulação entre os diversos serviços e organismos.

1.3. – Atribuições

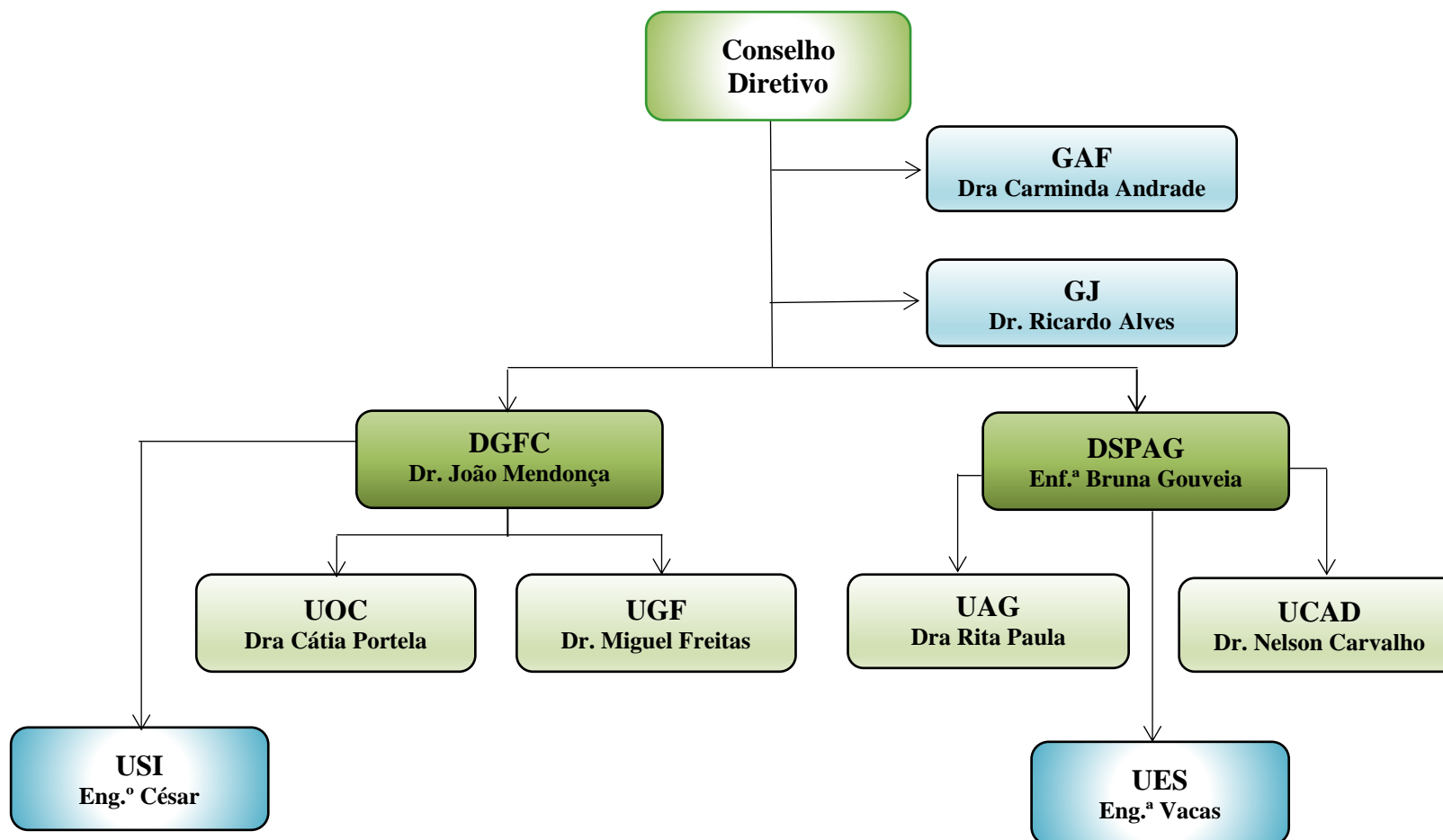
São atribuições do IASAÚDE:

- a) Coadjuvar a SRS nas funções de regulamentação, planeamento, financiamento, orientação, acompanhamento, avaliação, auditoria e inspeção do Sistema Regional de Saúde;
- b) Apoiar a atividade da SRS nas áreas da saúde e do consumo, nas relações institucionais de âmbito nacional e internacional;
- c) Coordenar as atividades de promoção da saúde e de prevenção e controlo da doença, bem como a vigilância epidemiológica e ainda promover e desenvolver investigação científica na área da saúde a nível regional;
- d) Assegurar a implementação e proceder ao acompanhamento do plano regional de saúde, bem como o desenvolvimento de programas de saúde, através da emissão e adaptação de normas e orientações de apoio à respetiva execução e de melhoria contínua da qualidade clínica e organizacional, e coordenar a produção de informação adequada, designadamente estatística, em articulação com o SESARAM, E.P.E.;
- e) Garantir a produção e divulgação de informação adequada, designadamente estatísticas de saúde, no quadro do sistema estatístico nacional;
- f) Apoiar a SRS na coordenação e no acompanhamento da gestão da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados, em articulação com os demais organismos competentes;
- g) Elaborar, difundir e apoiar a criação de instrumentos de planeamento;
- h) Apoiar as atividades da SRS na definição e desenvolvimento de políticas de recursos humanos na saúde, designadamente, adaptando normas e orientações relativas a profissões, exercício profissional, registo de profissionais, bases de dados de recursos humanos, bem como realizar estudos conducentes à caracterização dos recursos humanos, das profissões e exercícios profissionais no setor da saúde;
- i) Coordenar a formação intersectorial para os organismos da SRS;
- j) Coordenar o internato médico na Região, sem prejuízo das competências dos respetivos órgãos específicos, em articulação com as necessidades formativas do SESARAM, E.P.E., nos termos da lei;
- k) Coadjuvar a SRS na elaboração dos contratos-programa a celebrar com o SESARAM, E.P.E. e proceder à transferência dos recursos financeiros para esta entidade pública empresarial, em conformidade com as dotações previstas no contrato-programa;

- l) Coadjuvar a SRS na elaboração dos contratos-programa a celebrar com a Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E.R.A.M., e proceder à transferência dos recursos financeiros para esta entidade pública empresarial, em conformidade com as dotações previstas no contrato-programa;
- m) Coadjuvar a SRAS na celebração, acompanhamento e revisão de acordos, protocolos e convenções com profissionais liberais e entidades privadas de saúde, com ou sem fins lucrativos, em articulação com o SESARAM, E.P.E. e a respetiva capacidade instalada;
- n) Proceder à comparticipação, aos utentes, dos encargos resultantes da prestação de cuidados de saúde ao abrigo designadamente de acordos, protocolos ou convenções celebrados com entidades privadas de saúde, nos termos dos regulamentos em vigor;
- o) Orientar e coordenar os procedimentos e inscrições no subsistema da ADSE, no âmbito da administração regional autónoma da Madeira;
- p) Assegurar o regular funcionamento da junta médica da ADSE;
- q) Promover a redução do consumo de drogas lícitas e ilícitas, bem como a diminuição das toxicodependências, designadamente, através da realização de ações e programas de prevenção, e acompanhar o plano regional da luta contra a droga e a toxicodependência;
- r) Coordenar os processos de licenciamento das entidades privadas de saúde ou serviços de saúde, com ou sem fins lucrativos, bem como dos estabelecimentos farmacêuticos e proceder à fiscalização e verificação da aplicação do respetivo quadro normativo em vigor;
- s) Assegurar a atividade de farmacovigilância, a nível regional;
- t) Apoiar as atividades da SRS na gestão da rede de instalações e equipamentos de saúde, através da definição e adaptação de normas, metodologias e requisitos tendentes à melhoria e desenvolvimento equilibrado dessa rede no território regional, bem como elaborar a carta regional de instalações e equipamentos;
- u) Apoiar a SRS na definição e normalização dos sistemas de informação e comunicação adaptados às necessidades do sistema regional de saúde;
- v) Coordenar e dinamizar as ações tendentes à concretização das políticas de defesa dos consumidores;
- w) Instituir os processos de contraordenação em matéria de publicidade;
- x) Promover a resolução extrajudicial de conflitos de consumo, de natureza civil, que ocorram na Região, através dos mecanismos de conciliação e arbitragem;
- y) Exercer as funções de autoridade de saúde na Região, nos termos da lei.

1.4 - Caracterização

Os estatutos do IASAÚDE, IP-RAM encontram-se republicados pela Portaria n.º 178/2012, de 31 de dezembro, definido a sua estrutura orgânica conforme organograma



CD – Conselho Diretivo

DGFC – Departamento de Gestão Financeira e Contratualização

DSPAG – Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral

UOC – Unidade Operacional de Contratualização

UGF – Unidade Operacional de Gestão Financeira

UAG – Unidade Operacional de Administração Geral

UCAD – Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências

GAF – Gabinete de Assuntos Farmacêuticos

GJ – Gabinete Jurídico

UES – Unidade Flexível de Engenharia Sanitária

USI – Unidade Flexível de Sistemas de Informação

1.5. – Objetivos estratégicos

Para a prossecução da sua missão, o Instituto de Administração da Saúde definiu como objetivos estratégicos:

- 1 – Coordenar o Planeamento em Saúde no Sistema Regional de Saúde;
- 2 – Melhorar o desenvolvimento, implementação e coordenação dos Sistemas de Informação em Saúde no Sistema Regional de Saúde;
- 3 – Desenvolver mecanismos de preparação e resposta transversal à emergência e reemergência em Saúde Pública;
- 4 – Reforçar o planeamento e o controlo de gestão do sistema de saúde nas várias áreas de atuação do IASAÚDE, IP-RAM: recursos humanos, produção assistencial, económico-financeira, infraestruturas e instalações.

II – ANÁLISE DOS RECURSOS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1. Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2018, encontravam-se a desempenhar funções no IASAÚDE-IP-RAM, 166 trabalhadores. Verificou-se um ligeiro decréscimo de trabalhadores relativamente ao número do ano anterior (172).

Recursos Humanos		Dirigente	Técnico Superior	A. Técnico	A. Operacional	C. Categ. Subsistentes	C. e Corpos especiais	Médicos	Enfermagem	Outras	Total
Contrato por tempo indeterminado	H	4	10	11	5	0	5	1	0	5	41
	M	4	33	45	10	9	20	1	2	-	121
	T	8	42	56	15	9	25	2	2	5	162
Outros	H	2	-	1	1	-	-	-	-	-	3
	M	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	T	3	0	1	-	-	-	-	-	-	4
Total efetivos	H	6	9	12	6	0	5	1	-	5	44
	M	5	33	45	10	9	20	1	2	-	122
	T	11	42	57	16	9	25	2	2	5	166

2.2. Recursos Financeiros

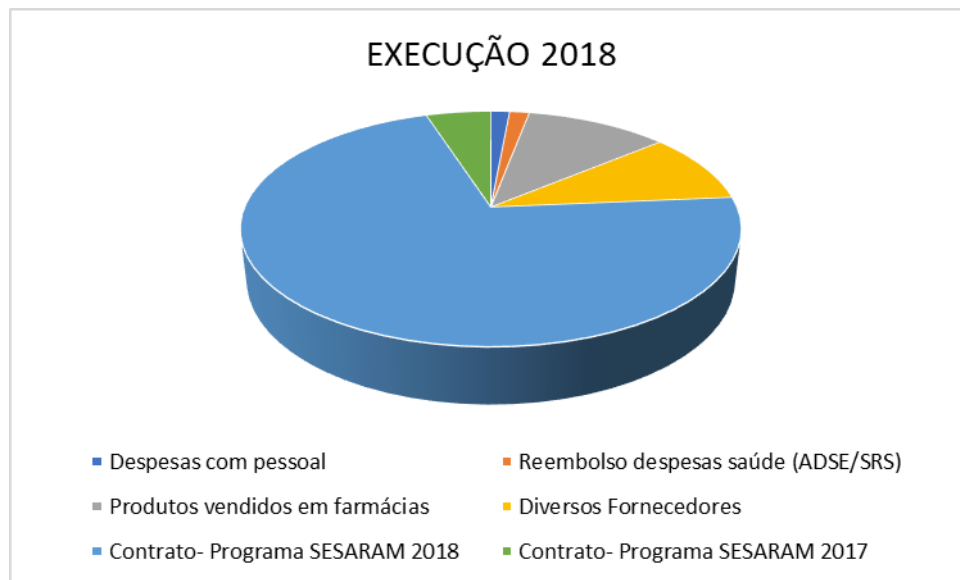
O orçamento inicial do IASAÚDE, IP-RAM foi em 2018 de € 330.441.080. Ao longo do ano este valor inicial sofreu diversas alterações orçamentais decorrentes de reforços e anulações, e ainda créditos especiais provenientes do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, que resultou num orçamento corrigido de 330.138.016€.

Execução Orçamental 2018

Na tabela seguinte passamos a evidenciar algumas despesas mais representativas do orçamento do IASAÚDE, IP-RAM em 2018:

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO 2018
Despesas com pessoal	4.537.004,37
Reembolso despesas saúde (ADSE/SRS)	4.745.904,36
Produtos vendidos em farmácias	34.348.514,72
Diversos Fornecedores	30.248.933,44
Contrato-Programa SESARAM 2018	223.457.724,00
Contrato-Programa SESARAM 2017	15.624.559,96

No que se refere à execução orçamental em 2018, foram efetuados pagamentos no valor de € 318.168.220,31 €, o que corresponde a uma taxa de execução orçamental de 96,29%.



Como se pode constatar pela análise do gráfico e tabela acima apresentadas, cerca de 75% das despesas do IASAÚDE destinaram-se ao pagamento dos Contratos programa SESARAM, E.P.E. de 2017 e 2018. Seguem-se as despesas com medicamentos que contemplaram 10,8% das despesas pagas pelo IASAÚDE, sendo que as rubricas diversos fornecedores e reembolsos de despesas de saúde aos Utentes da ADSE e do Serviço Regional de Saúde, representaram quase 11% do orçamento executado pelo IASAÚDE.

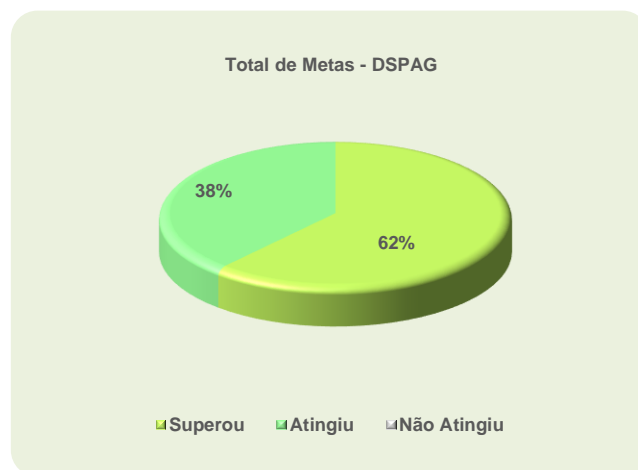
2.3. Análise das atividades desenvolvidas pelas Unidades

2.3.1. – Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral (DSPAG).

O Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral (DSPAG) compreende duas unidades operacionais, a Unidade Operacional de Administração Geral (UAG) e a Unidade Operacional de Intervenção em Comportamento Aditivos e Dependências (UCAD).

No DSPAG estão integrados:

- A Unidade flexível de Engenharia Sanitária
- O Laboratório Regional de Saúde Pública
- A unidade técnica de apoio à promoção e proteção da saúde;
- A unidade técnica de estudos e informação em saúde
- A unidade técnica de comunicação e educação para a saúde
- A unidade técnica de instalações e equipamentos.



O DSPAG definiu 4 objetivos operacionais e 13 atividades estratégicas associadas.

Assim, no ano de 2018 este Departamento superou 8 e atingiu 5 atividades.

Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Desenvolver Programas Regionais de Intervenção no âmbito da Saúde Sazonal e estratégias Prioritárias de Saúde (definidas no PERSRS em vigor)

A este objetivo operacional estão associadas 4 atividades estratégicas:

AE1: Consolidar Documentos de Referência no âmbito da Saúde Sazonal ou das Estratégias Prioritárias de Saúde (definidas no PESRS em vigor);

AE2: Criar/adaptar suportes de informação e comunicação na área da Saúde Sazonal ou Estratégias Prioritárias de Saúde;

AE3: Elaborar relatórios/dashboards no âmbito das áreas de Estratégias Sazonais de Promoção da Saúde/Estratégias Prioritárias de Saúde;

AE4: Realizar eventos destinados a profissionais e/ou comunidade, no âmbito das áreas de Estratégia do PESRS

Resultados:

AE1 – Atividade superada uma vez que estava estabelecida como meta a elaboração de 3 documentos e foram concebidos 6 documentos;

AE2 - Atividade superada considerando que estava prevista a realização de 6 suportes e foram efetivamente criados 120 suportes;

AE3 – Atividade superado atendendo ao facto de ter como meta a elaboração de 3 documentos/dashboards e foram elaborados 39;

AE4 – Atividade novamente superada A meta estabelecida definia a realização de 4 eventos, sendo que no total foram realizados 14;

Objetivo Operacional 2 – Monitorizar indicadores de saúde da população da RAM

A este objetivo operacional estão associadas 3 atividades estratégicas:

AE1 – Realizar a avaliação intercalar do PERS 2011-2016 (ext 2020) no cumprimento do sistema de monitorização e revisão do PESRS;

AE2 – Elaborar suportes de informação em saúde indicadores epidemiológicos, avaliação económica, movimento assistencial e relatórios temáticos;

AE3 – Participar/Desenvolver estudos de natureza científica (epidemiológicos) em parceria com outras instituições)

Resultados

AE1: A atividade foi atingida, uma vez que a meta estabelecia 2 avaliações intercalares do PESRS, tendo sido atingido esse número;

AE 2: A atividade foi superada considerando que a meta proposta era a elaboração de 4 produtos de informação em saúde, tendo sido efetivados 17;

AE3: Esta atividade foi atingida, pois foi estabelecida a participação/desenvolvimentos de pelo menos 3 estudos, tendo sido atingido esse número

Objetivo Operacional 3 – Vigilância epidemiológica da gripe e outras doenças

A este objetivo operacional estão associadas 3 atividades estratégicas:

AE1 - Implementar procedimentos sistemáticos de vigilância epidemiológica da gripe

AE2 - Elaborar suportes de informação sobre a vigilância epidemiológica/alertas de saúde pública;

AE3 – Elaborar dashboards/relatórios de vigilância epidemiológica de doenças.

Resultados:

AE1: A atividade foi atingida, uma vez que foi fixada a elaboração de 1 relatório, tendo o mesmo sido elaborado.

AE2: A atividade foi superada. A meta estabelecida previa a difusão de 40 suportes de informação, tendo sido totalizados 51 produtos.

AE3: atividade superada. Estava prevista a realização de 3 relatórios sobre estudos em desenvolvimento e foram concretizados 6.

Objetivo Operacional 4 - Implementar um Plano Regional de Vacinação e estratégias complementares

A este objetivo operacional estão associadas 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaborar Relatórios de Avaliação do PRV;

AE 2 - Emitir documentos normativos no âmbito do PRV e/ou estratégias complementares;

AE 3 - Elaborar suportes de informação sobre Vacinação (destinados também à população em geral).

Resultados:

AE 1 – a atividade foi atingida. A meta proposta previa a elaboração de 2 relatórios, que foram concretizados.

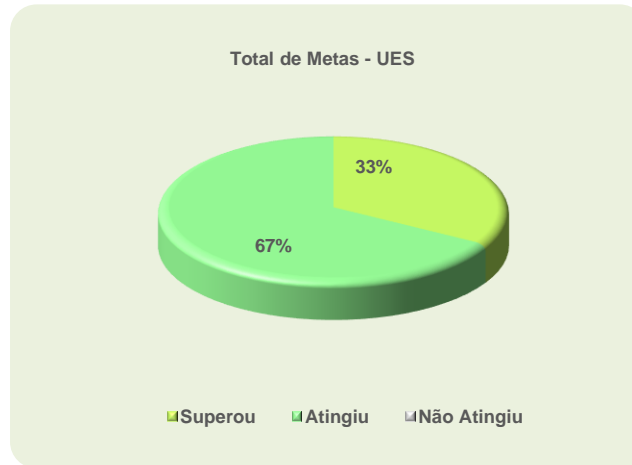
AE 2 – a atividade foi superada. A meta proposta previa a elaboração de 2 documentos normativos, tendo sido elaborados 6 documentos.

AE 3 – atividade atingida. A meta proposta previa a elaboração de 30 documentos os quais foram concluídos.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Desenvolver o Programas Regionais de Intervenção no âmbito da Saúde Sazonal e Estratégias Prioritárias de Saúde (definidas no PESRS em vigor)	4	4	-	-
Monitorizar indicadores de saúde da População da RAM	3	1	2	-
Vigilância epidemiológica da Gripe e outras Doenças	3	2	1	-
Implementar um Plano Regional de Vacinação e estratégias complementares	3	1	2	-
TOTAL	13	8	5	-

2.3.1.1 - Unidade de Engenharia Sanitária (UES)

A Unidade de Engenharia Sanitária definiu 3 objetivos operacionais e 24 atividades estratégicas associadas. Assim, no ano de 2018 a UES superou 8 das atividades propostas e atingiu 16.



Objetivo Operacional 1 - Assegurar as atividades necessárias à vigilância sanitária dos sistemas de abastecimento de água, zonas balneares e de recreio.

A este objetivo operacional estão associadas 10 atividades estratégicas:

AE 1 - Colheita de amostras de água para consumo humano;

AE 2 - Elaboração de relatório de qualidade da água para consumo humano;

AE 3 - Colheita de amostras de água de piscina para análise laboratorial

AE 4 - Elaboração de relatório de qualidade da água de piscinas

AE 5 - Colheita de amostras de água do mar;

AE 6 - Elaboração de relatório da qualidade da água do mar;

AE 7 - Colheita de amostras de areia

AE 8 - Elaboração de relatório da qualidade das areias

AE 9 - Realização de vistorias prévias e durante a época balnear às estruturas de apoio das zonas balneares candidatas à Bandeira Azul

AE 10 - Inspeção e colheitas de amostras de água para pesquisa da *Legionella*

Resultados:

AE1: atividade superada. Todas as colheitas de amostras de água para consumo humano foram efetuadas dentro do prazo previsto no calendário, obtendo-se assim uma percentagem de 100% de concretização.

AE2: atividade atingida: O relatório foi entregue dentro da meta prevista;

AE3: atividade superada. Todas as colheitas de amostras de água de piscina para análise laboratorial foram efetuadas dentro do prazo previsto no calendário, obtendo-se assim uma superação de 19%, acima do previsto.

AE4: atividade atingida: O relatório foi entregue dentro do prazo previsto na meta;

AE5: atividade superada. A meta previa a realização de 90% das colheitas dentro do prazo previsto no calendário. Esse valor foi superado em + 21%, uma vez que foram efetuadas 454 análises em vez das 410 previstas, atingindo assim uma percentagem de 117%.

AE6: atividade atingida. O documento foi dentro do prazo previsto.

AE7 - atividade superada. As colheitas de amostras de areia foram efetuadas dentro do prazo previsto no calendário, superando em mais 2% a meta prevista, tendo sido realizadas 76 análises das 70 inicialmente previstas.

AE8: atividade atingida – o prazo de entrega do relatório de qualidade de areias foi cumprido.

AE9: atividade cumprida - foram efetuadas as duas vistorias por zona balnear previstas.

AE10: atividade superada. Todas as atividades relacionadas com esta atividade foram concluídas, tendo-se superado as análises inicialmente previstas (110) em +5.

Objetivo Operacional 2 – Apoio técnico e fiscalização do licenciamento e funcionamento das unidades privadas de saúde, dos serviços de segurança e saúde no trabalho e dos estabelecimentos industriais e análise dos PDM's.

A este objetivo estão associadas 8 atividades estratégicas:

AE 1 - Realização de vistorias para efeitos de licenciamento das unidades privadas de saúde;

AE 2 - Elaboração do relatório de vistoria de licenciamento das unidades privadas de saúde;

AE 3 - Realização de vistoria de licenciamento das empresas de segurança e saúde no trabalho;

AE 4 - Elaboração do relatório de vistoria de licenciamento das empresas de segurança e saúde;

AE 5 - Elaboração de pareceres no âmbito do licenciamento industrial;

AE 6 - Realização de vistorias no âmbito do licenciamento industrial;

AE 7 - Elaboração do auto de vistoria de licenciamento industrial;

AE 8 - Elaboração de pareceres técnicos diversos.

Resultados

AE 1 – atividade atingida – as vistorias para efeitos de licenciamento das unidades privadas de saúde ocorreram dentro do prazo previsto para a sua realização após a entrada do processo na UES

AE 2 - atividade atingida – os relatórios de vistoria de licenciamento de unidades de privadas de saúde foram elaborados dentro do prazo previsto;

AE 3 - atividade atingida - as vistorias para efeitos de licenciamento das empresas de segurança e saúde no trabalho ocorreram dentro do prazo previsto para a sua realização após a entrada do processo na UES;

AE 4 - atividade atingida - os relatórios de vistoria de licenciamento foram elaborados dentro do prazo previsto;

AE 5 - atividade atingida – os pareceres no âmbito do licenciamento industrial foram entregues dentro do prazo previsto:

AE 6 - atividade atingida - as vistorias no âmbito do industrial das empresas de segurança e saúde no trabalho ocorreram dentro do prazo previsto para a sua realização após a entrada do processo na UES;

AE 7 - atividade atingida - os autos de vistoria foram entregues dentro do prazo previsto;

AE 8 - atividade atingida - os pareceres técnicos foram entregues dentro do prazo previsto:

Objetivo Operacional 3 - Promover a adaptação de programas específicos relacionados com vetores.

A este objetivo estão associadas 6 atividades estratégicas:

AE 1 - Monitorização de armadilhas para captura de ovos de mosquitos (ovitrap);

AE 2 - Monitorização de armadilhas para captura de mosquitos adultos (BG-Sentinel traps);

AE3 - Prospecção de criadouros de mosquitos em moradias, jardins públicos, terrenos abandonados, etc.;

AE 4 – Divulgação semanal dos resultados da atividade vetorial nas diferentes plataformas (KLM, “Não Mosquito” e REVIVE);

AE 5 - Elaboração de painéis Entomológico semanais;

AE 6 - Elaboração de mapas epidemiológicos bimestrais.

Resultados:

AE 1 - atividade atingida. Para esta atividade estava prevista a realização de 5000 a 10000 verificações às armadilhas. Foram efetivamente realizadas 8792 verificações.

AE 2 - atividade superada. Para esta atividade estava prevista a realização de 1500 a 2000 verificações às armadilhas. Foram efetivamente realizadas 4287 verificações.

AE3 - atividade atingida. Para esta atividade estava previsto o preenchimento de 200 a 300 fichas por prospecção num ano. Foram efetivamente preenchidas 250 fichas.

AE 4 - atividade atingida. Todos os dados foram divulgados dentro do prazo estabelecido.

AE 5 - atividade superada. Para esta atividade estava prevista a elaboração de 300 a 400 painéis entomológicos. Foram efetivamente elaborados 1700 Painéis Entomológicos.

AE 6 - atividade superada. Esta prevista a elaboração de 5 a 6 mapas, tendo sido apresentados 11 mapas da Gripe e 9 da SIDA/HIV.

Atividades não estratégicas

Estas atividades não são mensuráveis, mas, no entanto, são importantes para a realização de toda a atividade quotidiana da UES:

- Atualização das infraestruturas, população e localização dos pontos de amostragem dos sistemas de abastecimento de águas;
- Contactos com as autarquias e autoridades de saúde a fim de serem tomadas medidas com vista à correção de não conformidades;
- Preenchimento de uma base de dados para registo dos resultados analíticos;
- Realização de levantamento técnico das instalações das piscinas e condições de funcionamento;

- Contactos com os concessionários a fim de serem tomadas medidas com vista à correção de não conformidades;
- Reuniões de preparação do processo de atribuição da Bandeira Azul;
- Atualização das unidades privadas de saúde;
- Preenchimento de uma base de dados para registo das unidades privadas de saúde.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Assegurar as atividades necessárias à vigilância sanitária dos sistemas de abastecimento de água, zonas balneares e de recreio	10	5	5	-
Apoio técnico e fiscalização do licenciamento e funcionamento das unidades privadas de saúde, dos serviços de segurança e saúde no trabalho e dos estabelecimentos industriais e análise de PDM's	8	-	8	-
Promover a adaptação de programas específicos relacionados com vetores	6	3	3	-
TOTAL	24	8	16	-

2.3.1.2 - Laboratório de Saúde Pública (LSP)

O LSP definiu 3 objetivos operacionais, para um total de 5 atividades.

Das atividades propostas o LSP superou 1 e atingiu 4



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Monitorização da qualidade da água no âmbito da Saúde Pública (vigilância sanitária, serviços à comunidade)

AE1 - Determinação analítica bacteriológica e físico-química de águas (vigilância sanitária e prestação de serviços à comunidade), previstas no calendário.

Resultados:

A atividade foi superada. A atividade foi concluída com uma superação de 11%.

Objetivo Operacional 2 - Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a NP EN ISO/IEC17025/2017

AE 1 - Realização do Controlo de Qualidade Interno na Bacteriologia e Química

AE 2 - Realização do Controlo de Qualidade Externo na Bacteriologia "comparação entre pares"

AE 1 - Determinação analítica bacteriológica de acordo com o plano da vigilância sanitária proposto pela UES com resposta mais rápida para casos de ausência de "Legionella"

Resultados:

AE 1 – Atividade atingida. A atividade de C.Q.I foi cumprida c/ um desvio de 0%;

AE 2 – Atividade atingida. O L.S.P. participou ao longo do ano em 10 ensaios de Avaliação Externa da Qualidade abrangendo todos os parâmetros e todos os tipos de matrizes;

AE 3 – Atividade atingida. O documento foi entregue dentro do prazo estabelecido.

Objetivo Operacional 3 - Estudo de viabilidade de implementação da técnica PCR para pesquisa de "Legionella".

AE 1 - Determinação analítica bacteriológica de acordo com o plano da vigilância sanitária proposto pela UES com resposta mais rápida para casos de ausência de "Legionella".

Resultados:

Atividade atingida. No estudo realizado verificou-se a viabilidade de montagem do PCR para "Legionella" uma vez que 83% das amostras são negativas. Deste caso, o resultado seria dado nas 24 horas seguintes e não nos 10 dias pelo método atualmente usado.

Atividades não estratégicas:

- Previsão dos stocks de reagentes, meios de cultura, consumíveis e material de colheitas;
- Seleção de equipamento de laboratório e manutenção/calibração dos mesmos através de prestação de serviços.
- Indicações e instruções sobre as colheitas aos clientes;
- Validação dos resultados analíticos, sua introdução nos boletins analíticos e apreciação analítica segundo as normas em vigor;

– Formação técnica

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Monitorização da qualidade da água no âmbito da Saúde Pública (vigilância sanitária, serviços à comunidade)	1	1	-	-
Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a NP EN ISO/IEC17025/2017	3	-	3	-
Estudo de viabilidade de implementação da técnica PCR para pesquisa de " <i>Legionella</i> "	1	-	1	-
TOTAL	5	1	4	

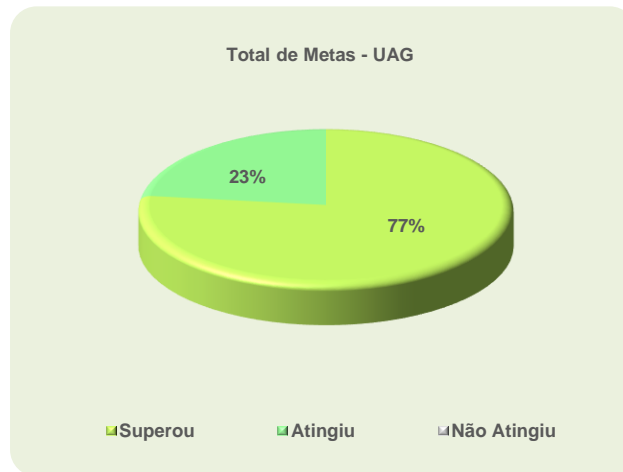
2.3.1.3. - Unidade Operacional de Administração Geral (UAG)

A Unidade Operacional de Administração Geral compreende:

- A unidade técnica de apoio à UAG;
- A unidade técnico-administrativa de apoio à formação profissional;
- A unidade técnica de recursos humanos
- A secção de processamento de vencimentos
- A secção de expediente
- A seção de divulgação e documentação

A UAG definiu 3 objetivos operacionais, para um total de 13 atividades.

Das atividades propostas a UAG superou 10 e atingiu 3.



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Gestão e Administração de Recursos Humanos

A este objetivo operacional estão afetas as 6 atividades estratégicas:

AE 1- Recolha de dados para a elaboração do mapa previsional de orçamentação de recursos humanos

AE 2- Assegurar a gestão processual de todas as atividades inerentes à gestão de recursos humanos

AE 3- Atualização diária dos processos individuais do cada trabalhador, ficheiro informático ou arquivo.

AE 4 - Gestão do processamento das remunerações e abonos devidos aos trabalhadores do IASAÚDE, IP – RAM

AE 5 - Disponibilizar apoio técnico e administrativo no âmbito da coordenação do Internato Médico, na RAM.

AE 6 - Garantir diariamente a execução de todas as fases integrantes do ciclo de correspondência

Resultados:

AE1 – atividade superada, considerando o planeamento e interação entre os colaboradores.

AE2 – Atividade superada, graças à metodologia e envolvimento da equipa de trabalho.

AE3 – Atividade superada, atendendo à existência de procedimentos definidos; critérios de priorização de tarefas; trabalho de equipa;

AE4 – atividade superada, devido à boa articulação entre os sectores: Recursos Humanos e Vencimentos;

AE5 – Atividade superada – O tempo de elaboração de qualquer tipo de documento relacionado com o internato médico, superou a meta proposta, ao elevado espírito de iniciativa e planeamento.

AE6 – atividade atingida – apesar de recorrentes falhas no programa de registo da correspondência a atividade foi atingida graças à articulação entre os elementos da secção.

Objetivo Operacional 2 - Coordenar, controlar e acompanhar a Gestão Documental, Arquivo e Divulgação

A este objetivo operacional estão associadas 3 atividades estratégicas

AE 1 - Garantir a máxima organização e atualização do arquivo;

AE 2 - Garantir o sistema de classificação dos documentos no IASAÚDE, IP-RAM.

AE 3 - Tratar, publicar e divulgar - Melhorar e promover a constante atualização na difusão dos recortes de imprensa.

Resultados:

AE1 – atividade superada graças à coordenação e ao empenho da equipa.

AE2 – atividade atingida. A percentagem de documentos classificados manteve-se na percentagem estimada.

Os meios informáticos existentes condicionam a superação da atividade;

AE3 – atividade superada, graças à coordenação, planeamento e trabalho de equipa.

Objetivo Operacional 3 – Assegurar a implementação das políticas de RH - Instrumentos de Gestão

A este objetivo estão afetas 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaborar o Plano de Atividades da UAG;

AE 2 - Elaborar o Relatório de Atividades da UAG;

AE 3 - Elaborar o Relatório de Atividades da Unidade de Divulgação e Documentação;

AE 4 - Elaborar o Balanço Social do IASAÚDE, IP – RAM.

Resultados:

AE1 – atividade superada devido ao planeamento efetuado, por forma a dar cumprimento aos prazos agendados.

AE2 – atividade superada devido ao planeamento efetuado, por forma a dar cumprimento aos prazos agendados.

AE3 – Atividade atingida. O relatório foi entregue dentro da meta estabelecida.

AE 4 – Atividade superada. Graças à solicitação atempada de todos os contributos e à rápida resposta obtida, o documento final foi entregue atempadamente.

Atividades não estratégicas:

- Dinamizar e assegurar o processo de divulgação de temas consoante as diferentes áreas de interesse/intervenção para o IASAÚDE, IP-RAM;
- Criação e atualização de Modelos/ Minutas do IASAÚDE, IP-RAM;
- Inclusão de informação relevante na página eletrónica do IASAÚDE, IP-RAM.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Gestão e Administração dos Recursos Humanos	6	5	1	-
Coordenar, controlar e acompanhar a Gestão Documental, Arquivo e Divulgação.	3	2	1	-
Assegurar a implementação das políticas de Recursos humanos - Instrumentos de Gestão.	4	3	1	-
TOTAL	13	10	3	

Formação Profissional

Em abril de 2018, o Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM, rececionou a aprovação da sua candidatura no âmbito do Programa Madeira 14-20, na tipologia 11.10.57.01 – Formação Profissional da Administração Pública. A candidatura submetida previa um montante de 98.805,77€ tendo sido aprovado o montante de 83.291,28€.

Por forma a abranger o número máximo de formações transversais aos diversos serviços que compõem a Secretaria Regional da Saúde, foi dado seguimento ao procedimento de contratação pública, na qual foram contratualizadas 35 ações das 42 previstas no Plano de Formação da Secretaria Regional da Saúde.

No corrente ano, estava prevista a realização de 6 ações de formação, sendo que só foi possível a concretização de 5, uma vez que a ação de formação “Técnicas dinâmicas de realizar apresentações”, não foi realizada por não ter atingido um número mínimo de formandos.

A par com a atividade formativa do IASAÚDE, decorreram também as ações de formação promovidas pela DRAPMA e as ações promovidas por outras entidades externas, das quais os trabalhadores solicitaram dispensa para a sua frequência, ao abrigo do Decreto Lei n.º 174/2001, de 31/05, que consagra um crédito de 100 horas para autoformação.

As ações promovidas totalizaram uma carga horária de 112h e conseguiu abranger um número de 64 formandos. Este número de formandos não foi o expetável, considerando que para as ações Gestão de

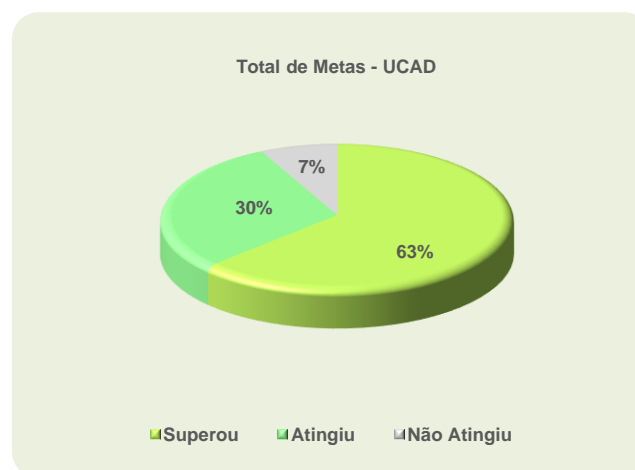
Conflitos e Relações Interpessoais e para a Liderança e Gestão de Equipas estavam previstos 20 formandos para cada uma e apenas obtivemos 14 para cada ação.

Atividade Formativa	Data da realização	Carga Horária	N.º Formandos
33 - Microsoft Word Iniciação	19 a 21 de novembro	21	11
02 -Gestão de Conflitos e Relações Interpessoais	05 07 de dezembro	21	14
37 – Otimização e Gestão de Dados em Excel	06 a 11 de dezembro	28	13
04 – Liderança e Gestão de Equipas	11 a 13 de dezembro	21	14
34 – Microsoft Word Avançado	12 a 14 de dezembro	21	12
Total		112	64

2.3.1.4. – Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (UCAD).

A UCAD definiu 5 objetivos operacionais, para um total de 27 atividades.

Das atividades propostas superou 17, atingiu 8 e não atingiu 2.



Principais resultados alcançados:

Objetivo operacional 1 – Definir uma abordagem equilibrada e integradora, no domínio da redução da procura e redução da oferta dos comportamentos aditivos e dependências (CAD) com ou sem substâncias, catalisadora do bem-estar social e individual, visando a proteção da saúde pública e segurança.

A este objetivo operacional está associada 1 atividade estratégica:

AE 1 - Elaboração de proposta do Plano Regional para a redução dos comportamentos aditivos e dependências 2018 - 2020 (PRRCAD - RAM)

Resultados:

AE1 - Atividade não atingida. A realização desta proposta foi adiada para 2019 de forma a nos enquadrarmos ao Plano Nacional para a Redução dos CAD, que será revisto em 2020.

Objetivo operacional 2 - Disponibilizar à população em geral respostas diferenciadas no âmbito dos problemas associados aos comportamentos aditivos e dependências, visando a promoção da literacia em saúde e melhoria da qualidade de vida.

A este objetivo operacional estão associadas 4 atividades estratégicas:

AE 1- Dinamização do Gabinete de aconselhamento à população em geral (GAP) no âmbito dos CAD e da promoção de estilos de vida saudáveis, através da oferta de uma intervenção de apoio psicossocial a jovens e envolventes;

AE 2 – Produção e divulgação de conteúdos informativos no microsite da UCAD.

AE 3 – Produção de informação regional em diferentes suportes em matéria de SPA e CAD, para entidades regionais e nacionais (brochuras, dashboards, sinopses estatísticas...)

AE 4 - - Participação e colaboração da UCAD com os diversos meios de comunicação social.

Resultados:

AE 1- Atividade superada. Em 2018, o GAP continuou com nºs de atendimentos significativos, abrangendo um total de 39 utentes.

AE2 - Atividade superada. Os acessos mensais ao site da UCAD aumentaram significativamente no ano de 2018, atingindo os 24.001 utilizadores.

AE 3 – Atividade superada. A UCAD produz anualmente guias e outros documentos informativos para o seu público-alvo, e fornece a diversas entidades dados estatísticos avaliativos.

AE 4 - Atividade superada. A colaboração com a comunicação social tem vindo a ser intensificada como forma de informar e sensibilizar a população em geral.

Objetivo Operacional 3 - Desenvolver programas e projetos de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, visando o reforço e a melhoria da qualidade de iniciativas de prevenção de âmbito universal e seletivo.

A este objetivo estão associadas 19 atividades estratégicas:

AE 1 - Realização de ações de sensibilização e informação a diferentes grupo-alvo, em vários contextos, sobre os riscos associados aos CAD;

AE 2 -Promoção da intervenção no âmbito dos problemas ligados ao álcool, através do incremento de parcerias (Fórum Regional Álcool e Saúde Madeira);

- AE 3 - Monitorização e avaliação do Programa de Prevenção das Dependências em Contextos Sociais Vulneráveis;
- AE 4 - Desenvolvimento, monitorização e avaliação do Programa S(ou)TOP, dirigido aos jovens das instituições tutelares educativas parceiras;
- AE 5 - Dinamização, monitorização e avaliação dos projetos de intervenção comunitária "Viver a Prevenção no Imaculado e Viver a Prevenção em Santo António", dirigidos à população em geral, em articulação com as Juntas de Freguesia;
- AE 6 - Dinamização, monitorização e avaliação da Campanha "+ Verão...Sem Drogas", em meio recreativo, nos meses de julho, agosto e setembro, em parceria com entidades regionais públicas e privadas;
- AE 7 - Dinamização e avaliação da campanha de sensibilização "Comércio Seguro", sobre a alteração à lei do álcool, dirigida aos comerciantes e proprietários de estabelecimentos, nas freguesias da RAM;
- AE 8 - Dinamização da intervenção no âmbito das dependências sem substância, através da realização de ações de sensibilização/ informação sobre utilização problemática da Internet e riscos associados, a diferentes grupos alvo, em vários contextos;
- AE 9 - Implementação, monitorização e avaliação de projetos e programas de prevenção do consumo de SPA licitas e promoção de competências pessoais e sociais em meio escolar, dirigido aos alunos que frequentam as escolas de 1º Ciclo da RAM;
- AE 10 - Dinamização, monitorização e avaliação do "Programa Atlante", dirigido a alunos que frequentam as escolas de 2.º e 3.º ciclo da RAM;
- AE 11 - Sensibilização das escolas para a implementação e monitorização do projeto "*Cannabis Abuse Prevention Program for Young Consumers: CAPPYC*", dirigido aos alunos que frequentam as escolas de ensino secundário da RAM;
- AE 12 - Dinamização e monitorização do projeto "Juntos na escola...sem Drogas", dirigido aos alunos que frequentam os 10º e 11º anos, nas escolas com ensino secundário e profissional da RAM.
- AE 13 - Desenvolvimento, monitorização e avaliação do projeto "#Vibes4U NoDrugs", em contexto recreativo noturno, em articulação com entidades públicas e privadas;
- AE 14 - Realização da campanha de sensibilização "Diversão sem riscos", dirigida aos alunos que frequentam o ensino secundário da RAM;
- AE 15 - Dinamização de ações de sensibilização/formação dirigidas à comunidade educativa, em contexto universitário, sobre os riscos associados aos CAD;
- AE 16 - Planificação e realização de ações de sensibilização e informação sobre riscos associados aos CAD, em parceria com clubes e associações desportivas;
- AE 17 - Desenvolvimento, monitorização e avaliação da intervenção no âmbito dos Comportamentos aditivos e dependências no "Dia da Defesa Nacional", dirigido aos jovens com 18 anos;

AE 18 - Dinamização e monitorização do projeto de intervenção em contexto laboral: Uma Pausa para a Prevenção, em parceria com empresas regionais públicas e privadas;

AE 19 - Implementação, monitorização e avaliação de projetos e programas de prevenção de âmbito seletivo, dirigidos a grupos populacionais e/ou contextos específicos.

Resultados:

AE1: Atividade superada - As atividades pontuais, fruto de diversas solicitações, continuam a ser realizadas na integra, abrangendo 2138 pessoas em 2018

AE 2 – atividade atingida. Os parceiros, na sua maioria, mantêm os compromissos ativos. Em 2019 será agendada a reunião para definir novos compromissos.

AE 3 – atividade não atingida. Optou-se por elaborar o relatório de avaliação deste Programa após a conclusão do seu horizonte temporal (dezembro de 2019).

AE 4 – atividade atingida. O Programa S(ou)TOP decorreu conforme o plano de atividades, atingindo 150 presenças nas suas ações.

AE 5 – atividade superada. O projeto do Imaculado registou 18 atividades realizadas, enquanto o Projeto de Santo António teve em fase de planeamento para 2019.

AE 6 - atividade superada. Além das atividades dos parceiros e dos projetos da UCAD, realizamos 18 atividades exclusivas da campanha +Verão.

AE 7 - Atividade superada. Foram realizadas ações de sensibilização em superfícies comerciais e distribuição de flyers em barracas de arraiais e praias de 8 Concelhos da RAM.

AE 8 - Atividade superada. As solicitações para sessões no âmbito das dependências sem substância, têm vindo a aumentar, abrangendo 464 pessoas no ano de 2018.

AE 9 - Atividade superada. Abrangemos 12 escolas de 1º Ciclo e 863 alunos no decorrer das atividades dos projetos “Jogos da Prevenção” e “Domicílios e Carros 100% livres de fumo”.

AE 10 - Atividade atingida. O Programa Atlante abrangeu 25 escolas, de 10 Concelhos da RAM, 5911 alunos e 64 professores de 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.

AE 11 - Atividade superada. O CAPPYC decorreu em 5 escolas do Funchal, 1 da Ponta de Sol e 1 de Santana e abrangeu 889 presenças nas 62 ações realizadas.

AE 12 - Atividade atingida. No âmbito do Juntos na Escola realizamos debates em 4 escolas do Funchal, 1 de Santa Cruz e 1 de Machico, abrangendo 629 alunos.

AE 13 - Atividade superada. O #Vibes4U NoDrugs decorreu nos 11 Concelhos da RAM, abrangendo 4929 pessoas presentes em festas, arraiais e concertos.

AE 14 - Atividade superada. Realizamos 8 sessões nas escolas e 1 sensibilização no aeroporto, abrangendo 1568 alunos finalistas do ensino secundário.

AE 15 - Atividade superada. Foram realizadas 3 ações em sala, na UMa e na ESESJC, e participamos no arraial de receção ao caloiro e na feira do voluntariado da UMa.

AE 16 - Atividade atingida. Abrangemos 340 pessoas em 17 ações realizadas nos clubes e associações desportivas.

AE 17 - Realizamos 75 sessões abrangendo 2495 jovens de 18 anos, presentes no Dia da Defesa Nacional.

AE 18 - Atividade superada. Estivemos presentes em 9 empresas da Madeira, sensibilizando 582 dirigentes e funcionários.

AE 19 - Atividade atingida. Implementaram-se os projetos seletivos “S(ou)TOP”, “Energy 4 Life” e “BE(A)LIVE”.

Objetivo Operacional 4 - Reforçar e consolidar as relações de cooperação com entidades nacionais e internacionais, no contexto dos comportamentos aditivos e dependências.

A este objetivo operacional está associada 1 atividade:

AE 1 - Participação em reuniões/eventos e grupos de discussão interinstitucional de âmbito nacional e internacional, no âmbito dos CAD. Os parceiros, na sua maioria, mantêm os compromissos ativos. Em 2019 será agendada a reunião para definir novos compromissos.

Resultados:

AE1: Atividade superada. A UCAD participou em 10 eventos nacionais e internacionais, destacando-se a apresentação no 3º Congresso SICAD.

Objetivo Operacional 5 - Colaborar na realização de investigações sobre os comportamentos aditivos e dependências.

A este objetivo está associada 2 atividades estratégicas

AE 1 - Participação no Inquérito Nacional sobre comportamentos Aditivos aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional - Comportamentos Aditivos aos 18 anos, em parceria com o Ministério da Defesa Nacional e o SICAD.

AE 2 - Participação no Estudo das dependências na internet em jovens portugueses - Ivone Patrão ISPA-IU.

Resultados:

AE 1 - Atividade atingida. Os dados referentes ao estudo dos jovens que participam no Dia da Defesa Nacional, foram recolhidos na Madeira e Porto Santo, nas datas previstas.

AE 2 - Atividade atingida. Foram feitos todos os contactos necessários e após aprovação ficou decidido começar com a experiência piloto numa escola a designar pela DRE.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Definir uma abordagem equilibrada e integradora, no domínio da redução da procura e redução da oferta dos comportamentos aditivos e dependências (CAD) com ou sem substâncias, catalisadora do bem-estar social e individual, visando a proteção da saúde pública e segurança.	1	-	-	1
Disponibilizar à população em geral respostas diferenciadas no âmbito dos problemas associados aos comportamentos aditivos e dependências, visando a promoção da literacia em saúde e melhoria da qualidade de vida.	4	4	-	-
Desenvolver programas e projetos de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, visando o reforço e a melhoria da qualidade de iniciativas de prevenção de âmbito universal e seletivo.	19	12	6	1
Reforçar e consolidar as relações de cooperação com entidades nacionais e internacionais, no contexto dos comportamentos aditivos e dependências.	1	1	-	-
Colaborar na realização de investigações sobre os comportamentos aditivos e dependências.	2	-	2	
TOTAL	27	17	8	2

A intervenção preventiva em 2018.

Foram realizadas um total de 532 intervenções, registando-se 29.348 presenças nos programas, projetos, campanhas e ações pontuais realizadas, que incidiram sobre substâncias psicoativas (SPA) e sobre comportamentos aditivos e dependências (CAD), com ou sem substância, dinamizados pela equipa técnica da UCAD e/ou em parceria com entidades regionais e nacionais, públicas e privadas.

Quadro 2. Intervenção preventiva implementada pela UCAD

	Nº de iniciativas	Nº de pessoas
Intervenção Direta – Técnicos da UCAD	532	22.009
Intervenção Indireta – Técnicos Formados	n/d	7339
TOTAL		29.348

Como se pode verificar através do quadro 2, foram abrangidas um total de 22.009 presenças, nas iniciativas diretamente implementadas por técnicos da UCAD e 7.339 pessoas em atividades dinamizadas por técnicos de entidades parceiras que receberam formação prévia da UCAD no âmbito dos diversos projetos de prevenção. Implementaram-se 443 ações integradas nos programas, projetos e campanhas, abrangendo 19.871 pessoas e 89 ações pontuais, com temáticas diversas e em múltiplos contextos, que abrangeram 2.138 pessoas. Foram realizadas ainda, 84 reuniões com o intuito de planear, monitorizar ou avaliar as intervenções.

Importa realçar que relativamente ao número total de pessoas abrangidas, o mesmo não integra os valores relativos às intervenções na comunicação social, por impossibilidade de quantificar a população abrangida e os 24.001 utilizadores que acederam ao microsite ao longo do ano de 2018.

Quadro 3. Intervenção preventiva implementada nos concelhos da RAM

	Funchal	C. Lobos	R. Brava	P. Sol	Calheta	P. Moniz	S. Vicente	Santana	Machico	S. Cruz	P. Santo	Fora da RAM	TOTAL
Ações	420	18	4	22	7	2	4	13	13	22	4	3	532
Participantes	12768	601	404	629	231	105	334	501	4642	1029	351	414	22009

A intervenção da UCAD dispersa-se pelos 11 Concelhos da Região Autónoma da Madeira. conforme podemos observar no quadro 3. No ano de 2018 existiu maior incidência nos Concelhos do Funchal, Machico e Santa Cruz, estando no polo oposto, Porto Moniz e Calheta. O diretor da UCAD foi preletor no 3º Congresso do SICAD, realizado em Lisboa e esteve presente em congressos, formações e reuniões de trabalho, organizados por entidades nacionais e internacionais, realizados fora da RAM.

Quadro 4. Distribuição do nº de pessoas abrangidas em ações preventivas, por etapa do ciclo de vida e por grupo etário, 2018

Etapas segundo o ciclo de vida	Grupo etário	TOTAL
	Gravidez e Crianças até 3 meses	0
Infância	0 - 4	0
	5 -9	898
Pré-Adolescência e Adolescência	10 -14	1228
	15 -19	8795
	20 -24	1792
Idade Adulta	25 - 29	2337

	30 -34	2434
	35 - 39	1869
	40 – 44	972
	45 -49	854
	50 – 54	589
	≥ 55	241
Velhice	≥ 65	0

De acordo com o quadro 4, os grupos com maior representatividade correspondem às faixas etárias entre os 15 e os 19 anos e entre os 24 e os 34 anos.

Quadro 5. Intervenção preventiva implementada por contexto de intervenção

Contexto de intervenção	Ações¹	Participantes
Comunitário	116	3009
Comunicação Social	32	0
Militar	79	2654
Escolar	191	5801
Desporto	15	303
Familiar	9	189
Laboral	34	582
Recreativo	56	9471
TOTAL	532	22.009

Como se pode verificar através do quadro 5, as ações preventivas distribuem-se pelos vários contextos de intervenção, nomeadamente: comunitário, comunicação social, militar, escolar, desportivo, familiar, laboral e recreativo. Destacam-se com número acrescido de intervenções preventivas realizadas e de participantes alcançados, os contextos comunitário, militar, escolar e recreativo, sendo também os contextos com maior número de programas, projetos e campanhas a decorrer, conforme podemos observar no quadro abaixo.

Quadro 6. Nº de Programas, projetos e campanhas implementados, por contexto de intervenção

Contextos de intervenção	Nº
Escolar	7
Comunitário	12
Militar	1
Desporto	1
Familiar	0
Laboral	1
Recreativo	4
TOTAL	26

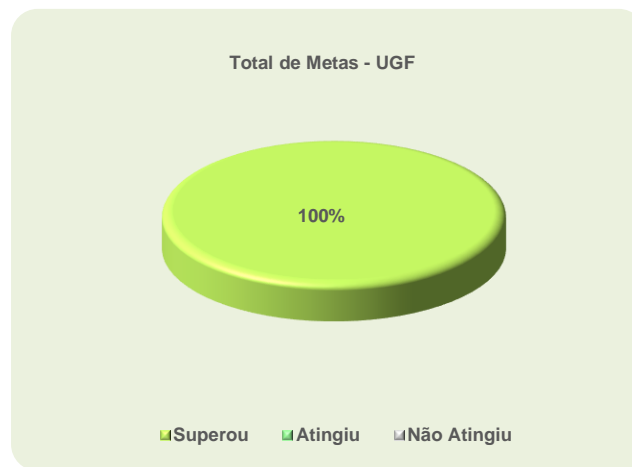
¹ Estas ações incluem ações nos programas, projetos e campanhas, ações pontuais e reuniões com entidades parceiras, para planeamento, monitorização e avaliação das intervenções preventivas.

2.3.2. – Departamento de Gestão Financeira e Contratualização (DGFC)

O Departamento de Gestão Financeira e Contratualização (DGFC) compreende:

- Unidade Operacional de Contratualização
- Unidade Operacional de Gestão Financeira
- Unidade técnica de apoio à gestão financeira e orçamental
- Tesouraria.

Integra ainda a Unidade Flexível de Sistemas de Informação (USI)



A UGF definiu 3 objetivos operacionais, para um total de 8 atividades.

Superou todas as atividades propostas.

Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 – Gerir e controlar os recursos financeiros afetos à SRS

A este objetivo operacional estão afetas as 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaborar os pedidos de fundos necessários à execução do orçamento do IASAÚDE, até ao prazo exigido pela Unidade de Gestão.

AE 2 - Elaborar mensalmente, os pedidos de utilização de fundos necessários à execução do orçamento do IASAÚDE, até ao prazo exigido pela Unidade de Gestão.

AE 3 - Efetuar os pagamentos, até 15 dias úteis após a transferência de verba referente a cada pedido de utilização de fundos.

Resultados:

AE1 – atividade superada. Os pedidos de Fundos foram efetuados até à data estabelecida.

AE2 – atividade superada. Os pedidos de utilização de fundos foram efetuados sempre antes do prazo estabelecido.

AE3 – atividade superada. 95% dos pagamentos foram executados atempadamente.

Objetivo Operacional 2 - Assegurar a Gestão Orçamental do IASAÚDE, IP-RAM

A este objetivo operacional estão afetas as 4 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaborar informações de cabimento das despesas do IASAÚDE, até ao prazo exigido pela Unidade de Gestão.

AE 2 - Lançamento da execução orçamental na plataforma SIGO, conforme prazo estabelecido na Circular n.º 2/ORÇ/2018

AE 3 - Registos dos encargos plurianuais no SCEP/SIGO até ao dia 10 do mês seguinte ao fim do trimestre.

Resultados:

AE1 – atividade superada. Foram executadas 90% das solicitações.

AE2 – atividade superada. Cerca de 95% da execução orçamental foi lançada na plataforma SIGO.

AE3 – atividade superada. O registo dos encargos plurianuais na plataforma SIGO foi feito dentro do prazo estabelecido para a superação.

Objetivo Operacional 3 – Acompanhar a execução orçamental do IASAÚDE, IP-RAM

A este objetivo operacional estão afetas as 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaborar os reportes mensais dentro do prazo exigido pela VP.

AE 2 - Elaborar os reportes trimestrais exigidos pela DREM dentro do prazo exigido pela VP.

Resultados:

AE1: atividade superada. Os reportes mensais exigidos pela VP foram normalmente entregues dentro do prazo exigido;

AE2: atividade superada. Todos os dos reportes trimestrais exigidos pela DREM foram entregues à SRF dentro do prazo exigido pela VP.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Gerir e controlar os recursos financeiros afetos à SRS	3	3	-	-
Assegurar a Gestão Orçamental do IASAÚDE, IP – RAM	3	3	-	-
Acompanhar a execução orçamental do IASAÚDE	2	2	-	-
TOTAL	8	8		-

2.3.2.1 - Unidade Flexível de Sistemas de Informação (USI)

A Unidade flexível de sistemas de informação (USI) definiu 3 objetivos operacionais para 2018, distribuídos por 8 atividades.

Foram superadas todas as atividades propostas.



Objetivo Operacional 1 - Garantir a fiabilidade e disponibilidade dos principais sistemas (Domínio, Correio Eletrónico, Reembolsos, Recursos Humanos, Financeiros e Expediente)

A este objetivo operacional estão afetas 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Garantir o suporte técnico dos principais sistemas. Instalação dos novos servidores no Data Center. Instalação do novo sistema de voz (VoIP)

AE 2 - Garantir os serviços de comunicação de âmbito global, adequando os níveis de segurança e disponibilidade aos requisitos do IASAÚDE.

AE 3 - Garantir a atualização do Hardware e Software nos sistemas base.

Resultados:

AE1 – atividade superada - o suporte técnico dos principais sistemas foi garantido;

AE2 – atividade superada - Graças ao empenho da equipa foram garantidos os serviços de comunicação de âmbito global, adequando os níveis de segurança e disponibilidade aos requisitos deste Instituto, tendo sido superado o grau de execução da atividade;

AE3 – atividade superada - a atualização de hardware e software nos sistemas base superou a meta prevista.

Objetivo Operacional 2 - Garantir a qualidade e satisfação dos utilizadores em relação aos serviços disponibilizados.

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Analisar e implementar melhorias no sistema informático dos reembolsos para simplificar o processo de utilização da ADSE e SRS. AE 2 - Analisar e implementar novas soluções de sistemas de informação para o IASAÚDE.

Resultados:

AE1 – atividade superada - graças ao empenho e ao conhecimento dos elementos da equipa

AE2 – atividade superada.

Objetivo Operacional 3 - Otimizar e desmaterializar os processos internos/externos, tendo em vista o desenvolvimento organizacional do IASAÚDE e a melhoria da prestação de serviços aos Utentes.

A este objetivo operacional estão afetas 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Assegurar apoio técnico na modernização e simplificação dos processos internos/externo

AE 2 - Assegurar o funcionamento e atualização no PRVR (Portal de Requisição de Vinhetas e Receitas) e da PEM (Prescrição Eletrónica de Medicamentos).

AE 3 - Manter em bom funcionamento os Sistemas de Informação Nacionais em Saúde, com interesse para a RAM, entre eles: RIS; RNU; SICO; RENTEV; SINAVE; SINAVE Lab; PEM (RCP e RSP); PDS.

AE 4 - Atualização dos Utentes no RNU relativamente às Entidades Responsáveis; com o objetivo de melhorar a acessibilidade dos beneficiários.

Resultados

Todas as atividades afetas a este objetivo operacional foram superadas

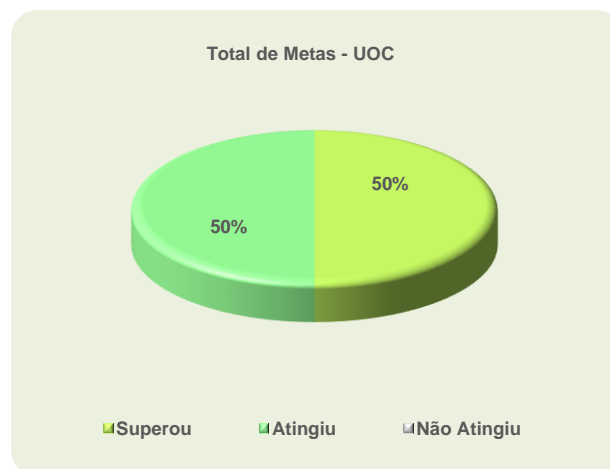
Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Garantir a fiabilidade e disponibilidade dos principais sistemas (Domínio, Correio Eletrónico, Reembolsos, Conferência, Recursos Humanos, Financeiros e Expediente)	3	3	-	-
Garantir a qualidade e satisfação dos utilizadores em relação aos serviços disponibilizados	2	2	-	-
Otimizar e desmaterializar os processos internos, tendo em vista o desenvolvimento organizacional do IASAÚDE e a melhoria da prestação de serviços aos utentes	3	3	-	-
TOTAL	8	8	-	-

2.3.2.2. – Unidade Operacional de Contratualização (UOC)

A Unidade Operacional de Contratualização compreende:

- A unidade técnica de participações e conferência;
- A unidade técnica de apoio à contratualização.

Para o ano de 2018, a UOC traçou 3 objetivos operacionais que definiram a estratégia da Unidade e estabeleceu 6 atividades estratégicas, superando 3 e atingindo 3.



Objetivo Operacional 1 – Implementação de formas de Financiamento de Cuidados de Saúde

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaboração de protocolos em produção adicional com o SESARAM, EPE

AE 2 - Elaboração de convenções para a prestação de cuidados de saúde com o setor privado

Resultados:

AE1 – atividade superada. Atendendo à continuidade dos protocolos em vigor, que permitem, grosso modo, a sua adaptação às diferentes especialidades, consoante as necessidades do SRS, quer no âmbito do PRC, quer no âmbito do PEACS, e ao facto de a UOC ter sempre em dia a sua conferência, assim como a elaboração dos relatórios exigidos, considera-se o AE1 superado.

AE2 – atividade superada. Considera-se que esta atividade foi superada com a adesão de quatro novos prestadores privados, dois para a realização de Colonoscopias e dois para a realização de Ecografias Mamárias e Mamografias e, bem assim, com o facto de a conferência e realização dos relatórios exigidos terem sido cumpridos na íntegra.

Acresce que em 2018 deu-se início à análise das áreas mais prementes para efeitos de celebração de convenções, dando-se prioridade à área de Cardiologia. Para tal, a UOC elaborou e remeteu para aprovação superior proposta de Convenção para a área de Cardiologia.

Objetivo Operacional 2 – Monitorização da Conferência de MCDT

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas

AE 1 - Monitorização da despesa com produção adicional, convenções e acordos de faturação;

AE 2 - Elaboração do manual de procedimentos para a faturação e conferência para as novas Convenções por área

Resultados:

AE1 – atividade superada. Este objetivo foi superado, com a implementação de novas funcionalidades na aplicação informática de conferência de faturas dos MCDT, com a produção de novos relatórios, notas de lançamento, métrica de avaliação de cumprimento de objetivos dos recursos humanos envolvidos e outra informação consolidada pertinente em diversas áreas como as Cirurgias, Cuidados Respiratórios Domiciliários e Psiquiatria, o que permitiu maior facilidade na elaboração de mapas mensais de conferência, assim como a distribuição uniforme das funções de conferência pelos recursos humanos, permitindo ainda um maior controlo e apuramento dos valores faturados e conferidos, bem como o cumprimento dos prazos de conferência previamente estabelecidos.

A 31 de dezembro de 2018, a UTAC, viu superado o seu objetivo, quanto ao prazo de conferência, com a conclusão da conferência da faturação do mês de novembro de 2018 (com entrada até ao dia 10 de dezembro), o que permitiu o apuramento e o reporte da despesa do IASAÚDE com:

- Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde em produção adicional (PEACS- SESARAM) (n.º 1, Anexo I);

- Programa de Recuperação de Cirurgias (PRC) (n.º 2, Anexo I);
- Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde (PEACS – Privado) (n.º 3, Anexo I);
- Convenção para a prestação de cuidados de saúde na área da diálise aos Utentes do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira (Convenção – Diálise) (n.º 4, Anexo I);
- Programa de Intervenção Precoce no Cancro Oral (PIPCO-RAM) (n.º 5, Anexo I);
- Acordos de Faturação
 - MCDT (n.º 6.1., Anexo I);
 - Outros Cuidados de Saúde (n.º 6.2., Anexo I).
- Reembolsos (ADSE e SRS) (n.º 7, Anexo I);
- Medicamentos (n.º 8, Anexo I).
- Despesa Global

AE 2 – Atividade atingida. No ano de 2018, foi elaborado o manual de procedimentos para a faturação e conferência da Convenção Diálise e estabelecidas as regras de faturação para a Convenção da Cardiologia.

Objetivo operacional 3 - Melhorar a Qualidade do Serviço de Reembolsos

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Implementação dos novos processos ADSE

AE 2 - Gestão das reclamações

Resultados:

AE1: atividade atingida. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, a ADSE, IP passou a ser a entidade responsável pelo pagamento das despesas de saúde do regime livre, do regime convencionado e dos acordos de faturação existentes dos beneficiários ADSE da RAM, com efeitos a 01/01/2018, contudo o IASAÚDE continuou a intermediar a relação entre os beneficiários e a ADSE, IP, rececionando, digitalizando e enviando todos os processos entregues para conferência e pagamento à ADSE, IP, não obstante terem sido oportunamente definidos, divulgados e implementados novos procedimentos de reembolso de despesas de saúde envolvendo tanto o beneficiário da ADSE como os serviços processadores, possibilitando ao beneficiário da ADSE a entrega da documentação de despesas de saúde através da sua digitalização pela ADSE-Direta e posterior envio dos originais da despesa por correio para a ADSE, IP, a entrega dos mesmos junto da sua entidade empregadora que privilegiará a opção da ADSE-Direta remetendo-os digitalmente e por correio à ADSE, IP, ao invés de os enviarem para o IASAÚDE, ou através da utilização dos mecanismos anteriormente implementados dos balcões digitais existentes nos serviços do IASAÚDE ou na Loja do Cidadão, ou no balcão manual do IASAÚDE, ou em última instância pela entrega dos originais dos documentos de despesa ao balcão deste Instituto, procurando desta forma aliviar e não sobrecarregar o serviço de atendimento presencial ao balcão.

No que respeita aos processos de reembolso de despesas de saúde do utente SRS, e por forma a reduzir prazos de análise dos processos, optou-se por processar já ao balcão despesas que anteriormente eram submetidas a autorização superior, como são os casos da medicina dentária, TAC's, próteses auditivas, etc. Outra medida também implementada diz respeito ao cálculo dos processos de medicina física e reabilitação, em que passamos a lançar apenas os dados numa única fatura (ou documento de quitação), agrupando as quantidades dos restantes naquele único documento. Esta alteração reduziu a morosidade no processo de cálculo deste tipo de cuidado, bem como a redução ao nível de folhas utilizadas, acelerando, desta forma, a conclusão da análise documental, e consequentemente o reembolso da despesa.

Durante o ano de 2018, verificou-se uma utilização crescente dos mecanismos alternativos de entrega da documentação de despesas de saúde, demonstrativo da adesão dos utentes, possibilitando em simultâneo a redução das filas e dos tempos de espera para o utente o que significou uma melhoria do seu conforto, e a obtenção de maior eficiência e celeridade processual, possível pelo adequado enquadramento e esclarecimento dos pedidos de reembolso de despesas de saúde.

AE2: atividade atingida. Compete à UTR assegurar o acesso ao Livro de Reclamações do IASAÚDE e informar sobre os factos ou situações objeto de reclamação.

No ano de 2018 foram apresentadas 22 reclamações no Livro deste Instituto, bem como 3 elogios a trabalhadores da UTR.

Face ao ano anterior registou-se uma diminuição do número de reclamações (2017 – 63 / 2018 - 22).

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Implementação de formas de Financiamento de Cuidados de Saúde	2	2	-	-
Monitorização da Conferência de MCDT	2	1	1	-
Melhorar a Qualidade do Serviço de Reembolsos	2	-	2	
TOTAL	6	3	3	-

2.3.3. - Gabinete Jurídico (GJ)

O Gabinete Jurídico definiu 3 objetivos operacionais para o ano 2016, aos quais foram associadas 8 atividades.

Todas as atividades foram superadas.



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Emitir pareceres e prestar informações sobre questões de natureza jurídica.

A este objetivo operacional estão afetas 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Resposta a processos de reclamações no âmbito do livro de reclamações e do livro amarelo da administração pública.

AE 2 - Pareceres no âmbito da atividade farmacêutica

AE 3 - Pareceres no âmbito da atividade de licenciamento e contratualização, juntas médicas da ADSE, medicina do trabalho e de natureza genérica.

Resultados

AE1 – atividade superada. Todas as reclamações foram concluídas no ano de 2018 e adentro dos prazos conferidos e legais, devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores, não tendo existido fatores internos e/ou externos que obstaculizassem a superação da atividade.

AE2 – atividade superada. Todos os pareceres foram concluídos no ano de 2018, devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores, não havendo fatores internos e/ou externos impeditivos, com vista à superação da atividade.

AE3 – atividade superada. Todos os pareceres foram concluídos no ano de 2018, devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores, não havendo fatores internos e/ou externos impeditivos à superação da atividade.

Objetivo Operacional 2 - Feitura de propostas com caráter normativo ou contratual

A este objetivo operacional estão afetas 3 atividades estratégicas

AE 1 - Elaboração de despachos, contratos, protocolos, convenções, regulamentos, circulares normativas e outros documentos de natureza jurídica análoga.

AE 2 - Resposta a reclamações, recursos hierárquicos, contenciosos e juntas médicas de recurso

AE 3 - Elaboração de projetos ou propostas de lei.

Resultados:

AE1 – atividade superada. Todos os atos normativos/regulamentares foram concluídos adentro do prazo conferido, devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores e porquanto não existiram fatores internos e ou externos impeditivos;

AE2 – atividade superada. Todas as respostas foram executadas com observância dos prazos conferidos e legais.

AE3 – atividade superada. Todos os atos normativos/regulamentares foram concluídos no prazo conferido, devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores e uma vez que não existiram fatores internos e/ou externos impeditivos à sua consumação.

Objetivo Operacional 3 - Participar e apoiar tecnicamente em grupos de trabalho interna e externamente, júris de concurso de pessoal e no âmbito da contratação pública, bem como assegurar a realização de processos de averiguações, sindicância, disciplinares e o levantamento de autos de notícia ou de participação de ilícito contra-ordenacional.

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Participação e apoio técnico-jurídico de projetos no âmbito da atividade do IASÚDE, IP-RAM, bem como na apresentação de propostas em grupos de trabalho.

AE 2 - Assessoria técnica, participação em júris no âmbito do recrutamento de pessoal e da contratação pública, bem como na apresentação de propostas de aquisição de bens e serviços.

Resultados:

AE1 – atividade superada. A meta da atividade foi superada devido ao empenho, zelo e dedicação da equipa, não tendo existido fatores internos e/ou externos impeditivos da sua execução.

AE2 – atividade superada. A meta da atividade foi superada devido ao empenho, zelo e dedicação da equipa, não tendo existido fatores internos e/ou externos impeditivos da sua execução.

Atividades não estratégicas

Informações de caráter técnico-jurídico prestadas interna ou externamente por forma presencial, via telefónica ou por correio eletrónico.

Organização e arquivo de acervo documental atinente à produção jurídica resultante da atividade do GJ.

Organização de livros e manuais do GJ.

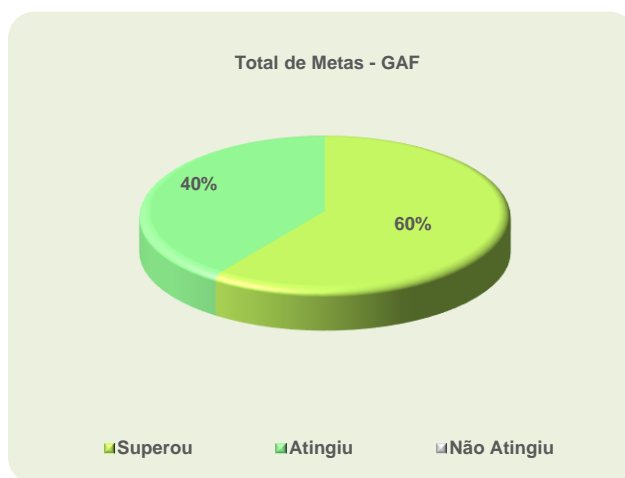
Realização de processos de averiguações, sindicância, inquérito e disciplinares, e levantamento de autos de notícia ou de participação de ilícito contra-ordenacional, sempre que ocorram.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Emitir pareceres e prestar informações sobre questões de natureza jurídica.	3	3	--	-
Feitura de propostas com carácter normativo ou contratual.	3	3	-	-
Participar e apoiar tecnicamente em grupos de trabalho interna e externamente, júris de concurso de pessoal e no âmbito da contratação pública, bem como assegurar a realização de processos de averiguações, sindicância, disciplinares e o levantamento de autos de notícia ou de participação de ilícito contraordenacional	2	2	-	-
TOTAL	8	8	-	-

2.3.4. - Gabinete de Assuntos Farmacêuticos (GAF)

O Gabinete de Assuntos Farmacêuticos definiu 3 objetivos operacionais para o ano 2018, aos quais foram associadas 5 atividades.

Das atividades propostas, o GAF superou 3 e atingiu 2.



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Assegurar as atividades no âmbito do licenciamento dos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento.

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Análise e emissão de pareceres de licenciamento de novas farmácias, de transferências e de obras, de grossistas, de locais de venda de MNSRM e outros, bem como para obtenção de autorizações para aquisição de medicamentos e substâncias controladas e de dispensa de medicamentos ao domicílio e através da internet

AE 2 - Realização das vistorias solicitadas no âmbito de licenciamentos

Resultados:

AE1 – atividade superada. Superação em +15% da meta prevista, visto estarem proporcionadas as condições favoráveis.

AE1 - atividade superada. Superação em +15% da meta prevista, visto estarem proporcionadas as condições favoráveis.

Objetivo Operacional 2 - Assegurar as atividades no âmbito do cumprimento das normas aplicáveis aos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento

A este objetivo operacional está afeta 1 atividade estratégica:

AE 1 - Inspeccionar os estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento

Resultado:

AE1 – atividade atingida. Foram efetuadas 20 inspeções, pelo que o resultado previsto foi alcançado.

Objetivo Operacional 3 - Assegurar as atividades no âmbito da conformidade do exercício farmacêutico e da comercialização de medicamentos

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Ações de âmbito técnico-normativas dirigidas aos profissionais de saúde e estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento, e no âmbito da promoção do uso racional de medicamentos e da farmacovigilância.

AE 2 - Elaboração de pareceres e informações no âmbito dos assuntos farmacêuticos e respetiva legislação.

Resultados:

AE1 – atividade superada. Foram efetuadas 10 ações durante o ano de 2018, o que ultrapassou a previsão efetuada.

AE2 – atividade atingida. Foram elaborados 4 pareceres e informações.

Atividades não estratégicas:

Manutenção e atualização dos arquivos e ficheiros dos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento e dos farmacêuticos;

Manutenção e atualização das listagens de estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento e divulgação na página da internet;

Monitorização e dinamização dos processos relativos aos incumprimentos verificados com o objetivo da sua regularização;

Verificação do cumprimento do registo e entregas do movimento das substâncias controladas pelos estabelecimentos a tal obrigados;

Verificação do cumprimento do registo e entregas do movimento das vendas de MNSRM pelos locais de venda;

Prestação das informações solicitadas por profissionais de saúde e público em geral, interna e externamente, presencialmente, por via escrita, telefónica ou internet;

Ações no âmbito de grupos de trabalho e de júris;

Dinamização da implementação e acompanhamento do Projeto Via Verde de medicamentos na Região Autónoma da Madeira.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Assegurar as atividades no âmbito do licenciamento dos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento	2	2	-	-
Assegurar as atividades no âmbito do cumprimento das normas aplicáveis aos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento	1	-	1	-
Assegurar as atividades no âmbito da conformidade do exercício farmacêutico e da comercialização de medicamentos	2	1	1	-
TOTAL	5	3	2	-

III - Modernização Administrativa

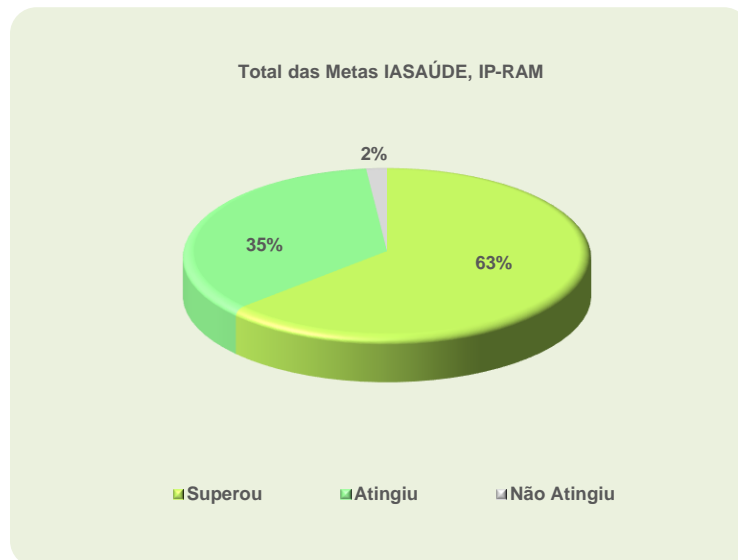
O IASAÚDE, IP-RAM, tem sido seguido a tendência de minimizar os gastos e simplificar procedimentos, tentando aplicar e desenvolver um conjunto de medidas/iniciativas de modernização e simplificação administrativa, para serem implementadas e seguidas pelos colaboradores com vista à simplificação, redução de custos e de tempo e a satisfação dos nossos clientes:

- Arquivo digital e gestão documental de processos – criação de backups diários e de pastas no servidor por forma a permitir maior capacidade de armazenamento;
- Execução dos procedimentos administrativos utilizando a via digital – procede-se à digitalização dos documentos e são colocados nas pastas da partilha;
- Disponibilizar novos serviços eletrónicos e contribuir para a desburocratização e inovação dos serviços existentes – acesso ao email institucional, criação de novas funcionalidades na página eletrónica ao nível dos reembolsos e da instalação de um balcão eletrónico para digitalização dos documentos pelo próprio utente – um na sede deste Instituto outro na loja do cidadão;
- Melhorar a qualidade do atendimento, com o objetivo de aferir a perceção dos clientes dos serviços públicos e simplificar o acesso dos cidadãos aos nossos serviços;
- Desmaterialização dos processos;
- Privilegiar a comunicação on line;
- Utilização de pastas de partilha.

IV - AVALIAÇÃO FINAL

Durante o corrente ano o IASAÚDE, IP-RAM propôs-se a realizar 117 atividades nas diversas áreas de atuação. Destas conseguiu superar 74 e atingir 41, o que representa uma percentagem bastante positiva na execução do plano de atividades, sendo 63% das atividades superadas e 35% atingidas.

Verificou-se este ano o não cumprimento de 2 atividades, devido a fatores hexógenos, o que representa apenas 2%.



Para a execução das atividades previamente definidas, foi realizado um levantamento das necessidades de recursos humanos e financeiros de forma a alocar devidamente as pessoas às diferentes tarefas e os recursos materiais e financeiros necessários à sua concretização, efetuando assim um planeamento mais eficaz com vista a uma maior eficiência e a obtenção de um menor número de desvios na execução do plano.

Ao nível da intervenção desenvolvida pela Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências verifica-se que foram abrangidas 29.348 pessoas, sendo os contextos recreativo, comunitário, escolar e militar, os que tiveram maior abrangência ao nível da população alcançada.

De realçar, o forte investimento na literacia da população, aumentando as colaborações com a Comunicação Social, através dos artigos técnicos em jornais e revistas, da participação em programas de rádio e televisão.

Constitui-se igualmente como um aspeto positivo a articulação com inúmeras entidades e técnicos da comunidade, que se envolvem nas atividades preventivas na prossecução de objetivos comuns e o desenvolvimento de parcerias estratégicas com entidades e investigadores nacionais e estrangeiros, mantendo a UCAD integrada e atualizada com as tendências internacionais e conseguindo incluir a RAM nos estudos de referência portugueses e europeus, como é o caso do estudo do SICAD, "Comportamentos Aditivos aos 18 Anos. Inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional", que se realizou em 2018 e do "European School Survey Project on Alcohol and Drugs" (ESPAD), que se realizará em 2019.

Ao nível da formação profissional, verifica-se que foram realizadas 5 ações de formação, abrangendo 64 formandos, provenientes dos vários serviços que integram a SRS, num total de 112 horas.

As áreas temáticas de incidência foram: Informática na Ótica do Utilizador (3 cursos), correspondendo a 62,50% da carga horária total e a 56,25% do número de formandos e Desenvolvimento Pessoal (2 cursos), correspondendo a 37,50% da carga horária total e de 43,75% do número de formandos.

A aprovação da candidatura no Programa Madeira 14-20, deu um novo alento e dinamismo à formação profissional promovida pelo IASAÚDE, sendo que com o procedimento de contratação em vigor, conseguiu-se organizar a formação de uma forma mais espaçada e atempada, pelo que se prevê uma boa taxa de execução do Plano de Formação e o cumprimento dos objetivos previamente propostos em sede de candidatura.

Verificou-se ainda a necessidade contínua que os trabalhadores manifestam em adquirir formação profissional por iniciativa individual, notando-se este ano uma ligeira diminuição nestes pedidos passando de 56 em 2017 para 47 dispensas no corrente ano.

Comparativamente ao ano transato, no que diz respeito à comissão de serviço, verificou-se um decréscimo passando de 8 autorizações em 2017 para 6 no corrente ano.

Ao nível orçamental, o IASAÚDE, IP-RAM tinha um orçamento inicial de 330.441.080 €, sendo que ao longo do ano este valor inicial sofreu diversas alterações orçamentais decorrentes de reforços e anulações, e ainda créditos especiais provenientes do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, que resultou num orçamento corrigido de 330.138.016€.

No que se refere à execução orçamental em 2018, foram efetuados pagamentos no valor de € 318.168.220,31 €, o que corresponde a uma taxa de execução orçamental de 96,29%.

No âmbito do QUAR, O IASAÚDE, IP – RAM levou a cabo um procedimento de aplicação de questionários de avaliação aos seus colaboradores que decorreu de 30 de outubro a 9 de novembro de 2018, para permitir auscultar e avaliar a satisfação dos colaboradores e o seu envolvimento com a instituição.

O universo de inquirição foi de 158 questionários, sendo que a taxa de reporte foi de cerca de 83%. Dos questionários preenchidos foi anulado um questionário por estar incompleto.

Os resultados constam no Relatório de Autoavaliação.

Anualmente, O IASAÚDE IP-RAM procura através de atividades propostas e realizadas, definir claramente a sua missão e intervenção junto da população e dos seus colaboradores, proporcionando os meios necessários para a prossecução dos objetivos, alinhados com a estratégia de Governo definida.

V - ANEXOS

* Informações relevantes no âmbito da Unidade Operacional de Contratualização

ANEXO I

**OO2 - AE 1 – MONITORIZAÇÃO DA DESPESA COM PRODUÇÃO ADICIONAL, CONVENÇÕES,
ACORDOS DE FATURAÇÃO E REEMBOLSOS**

1. Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde – Protocolo Produção Adicional (PEACS) – SESARAM, E.P.E.

O quadro que se segue apresenta o número de exames previstos a realizar nas áreas de Cardiologia e Imagiologia no SESARAM, E.P.E. ao abrigo do Protocolo PEACS, na modalidade de produção adicional.

Prevê-se a realização do exame Ecocardiograma na área da Cardiologia e cinco tipos específicos de Ressonância Magnética nas zonas do Abdómen, Pélvica e Mamária na área da Imagiologia, com relevância na lista de espera do SESARAM.

Especialidades PEACS	Previsão SESARAM	
	Qtd.	Valor (€)
Exames Cardiologia	560	51.520,00 €
Ecocardiograma	560	51.520,00 €
Exames Imagiologia	336	90.206,40 €
RM Abdómen Superior c/ contraste	108	31.525,20 €
RM Abdómen Superior s/ contraste	18	2.302,20 €
RM Pélvica c/ contraste	108	31.525,20 €
RM Pélvica s/ contraste	18	2.302,20 €
RM Mamária c/contraste	72	21.016,80 €
RM Mamária s/ contraste	12	1.534,80 €
TOTAL	896	141.726,40 €

Quadro 1 – Total de Exames Previstos – Protocolo Produção Adicional (PEACS).

A execução prevista do Protocolo para o ano de 2018, abrange duas especialidades de MCDT, a Cardiologia com 560 exames e a Imagiologia com 336 exames. Os exames com maior expressão em número e valor orçamentado foram o Ecocardiograma, a RM Abdómen Superior c/ contraste e a RM Pélvica c/ contraste.

Conforme se pode observar nos Quadros 2 e 3, o número de exames realizados, 666, a que corresponde a faturação de 79.487,40 €, ficou abaixo do previsto nas duas áreas abrangidas pelo Protocolo, registando-se - 100 Ecocardiogramas e -130 exames de Imagiologia, o que se traduziu numa despesa executada inferior ao orçamentado de - 62.239,00 €.

Especialidades PEACS	Total		
	Faturado		Conferido
	Qtd.	Valor (€)	
Exames Cardiologia	460	21.160,00 €	21.160,00 €
Ecocardiograma	460	21.160,00 €	21.160,00 €
Exames Imagiologia	206	58.327,40 €	58.327,40 €
RM Abdómen Superior c/ contraste	80	23.352,00 €	23.352,00 €
RM Abdómen Superior s/ contraste	4	511,60 €	511,60 €
RM Pélvica c/contraste	77	22.476,30 €	22.476,30 €
RM Pélvica s/contraste	4	511,60 €	511,60 €
RM Mamária c/contraste	38	11.092,20 €	11.092,20 €
RM Mamária s/contraste	3	383,70 €	383,70 €
TOTAL	666	79.487,40 €	79.487,40 €

Quadro 2 – Total de Exames Faturados vs Conferidos – Protocolo Produção Adicional (PEACS).

Especialidades PEACS	Total					Diferença	
	Previsão SESARAM		Faturado		Conferido	Qtd.	Valor (€)
	Qtd.	Valor (€)	Qtd.	Valor (€)			
Exames Cardiologia	560	51.520,00 €	460	21.160,00 €	21.160,00 €	-100	-30.360,00 €
Ecocardiograma	560	51.520,00 €	460	21.160,00 €	21.160,00 €	-100	-30.360,00 €
Exames Imagiologia	336	90.206,40 €	206	58.327,40 €	58.327,40 €	-130	-31.879,00 €
RM Abdómen Superior c/ contraste	108	31.525,20 €	80	23.352,00 €	23.352,00 €	-28	-8.173,20 €
RM Abdómen Superior s/ contraste	18	2.302,20 €	4	511,60 €	511,60 €	-14	-1.790,60 €
RM Pélvica c/contraste	108	31.525,20 €	77	22.476,30 €	22.476,30 €	-31	-9.048,90 €
RM Pélvica s/contraste	18	2.302,20 €	4	511,60 €	511,60 €	-14	-1.790,60 €
RM Mamária c/contraste	72	21.016,80 €	38	11.092,20 €	11.092,20 €	-34	-9.924,60 €
RM Mamária s/contraste	12	1.534,80 €	3	383,70 €	383,70 €	-9	-1.151,10 €
TOTAL	896	141.726,40 €	666	79.487,40 €	79.487,40 €	-230	-62.239,00 €

Quadro 3 – Total de Exames Previstos vs Faturados vs Conferidos – Protocolo Produção Adicional (PEACS).

Em termos de variação anual conforme Quadro 4, tenha-se presente que os valores apresentados para 2017, reportam-se a dois meses de execução do Protocolo celebrado com o SESARAM, E.P.E em novembro de 2017, nas áreas da Cardiologia e da Imagiologia. Apesar da execução do plano para 2018 ter ficado abaixo do previsto, registre-

se a evolução verificada.

	2017	2018	Δ % 2017-2018
Valor Faturado	33.751,20 €	79.487,40 €	136%
Valor Conferido	33.751,20 €	79.487,40 €	136%
Cirurgias realizadas	274	666	143%

Quadro 4-Total Faturado vs Conferido e n.º de cirurgias realizadas **Protocolo Produção Adicional (PEACS)** - Variação anual 2017/2018.

2. Produções Cirúrgicas (PRC) – SESARAM, E.P.E.

O quadro que se segue reflete as cirurgias realizadas no SESARAM ao abrigo do Protocolo Programa de Recuperação de Cirurgias (PRC).

Área	Número de Produções Cirúrgicas						
	Mar	Abr	Mai	Jun	Out	Nov	Total
<i>Ortopedia</i>	13	14	18	19	10	11	85
<i>Cirurgia Geral</i>	32	34	32	30	36	12	176
<i>Cirurgia Vascul</i>	6	3	6	10	6	0	31
<i>Neurologia</i>	8	9	1	8	6	6	38
<i>Oftalmologia</i>	37	37	23	54	39	16	206
<i>Urologia</i>	12	10	13	12	13	10	70
<i>Cirurgia Pediátrica</i>	10	8	17	10	10	0	55
<i>Otorrinolaringologia</i>	16	16	16	14	0	0	62
<i>Patologia Mamária</i>	11	10	5	10	19	0	55
<i>Ginecologia</i>	4	7	12	10	8	0	41
Total Cirurgias/mês	149	148	143	177	147	55	819

Quadro 5 – Número Mensal de Produções Cirúrgicas Faturadas por área ao abrigo do **Protocolo PRC** em 2018.

No ano de 2018, ao abrigo do PRC, realizaram-se 819 cirurgias, num período de 6 meses, abrangendo 10

áreas de produção, com distribuição mensal uniforme, excetuando o mês de conclusão, novembro, com maior incidência nas áreas de Oftalmologia, Cirurgia Geral e Ortopedia. Saliente-se que estavam programadas a realização de 862 cirurgias no plano de execução inicial.

De seguida apresentamos a distribuição dos valores faturados e conferidos, por área, ao longo de 2018, ao abrigo do Protocolo PRC.

Área	N.º Produções Cirúrgicas	Valor Faturado	Valor Conferido
<i>Ortopedia</i>	85	611.863,15 €	604.664,76 €
<i>Cirurgia Geral</i>	176	186.824,62 €	186.824,62 €
<i>Cirurgia Vascular</i>	31	45.332,54 €	45.332,54 €
<i>Neurologia</i>	38	143.551,70 €	143.551,70 €
<i>Oftalmologia</i>	206	146.021,04 €	145.312,20 €
<i>Urologia</i>	70	70.740,18 €	70.740,18 €
<i>Cirurgia Pediátrica</i>	55	37.079,51 €	37.079,51 €
<i>Otorrinolaringologia</i>	62	41.567,00 €	41.567,00 €
<i>Patologia Mamária</i>	55	56.949,38 €	56.949,38 €
<i>Ginecologia</i>	41	73.100,22 €	67.978,12 €
Total Cirurgias	819	1.413.029,34 €	1.400.000,01 €

Quadro 6 – Total Faturado vs Conferido e n.º de cirurgias realizadas por área ao abrigo do Protocolo PRC em 2018.

A despesa faturada de 1.413.029,34 foi corrigida para 1.400.000 €, dotação global afeta ao PRC em 2018. Registe-se que, ainda que a área com mais cirurgias realizadas tenha sido a Oftalmologia, (206 produções), a que absorveu mais despesa ao IASAÚDE foi a Ortopedia (85 produções) considerando que o valor unitário do GDH é dos mais elevados da tabela.

	2017	2018	Δ % 2017-2018
Valor Faturado	1.358.026,62 €	1.413.029,34 €	4,05%
Valor Conferido	1.352.674,00 €	1.400.000,01 €	3,50%
Cirurgias realizadas	883	819	-7,25%

Quadro 7 – Total Faturado vs Conferido e n.º de cirurgias realizadas ao abrigo do Protocolo PRC - Variação anual 2017/2018.

Comparativamente a 2017, registe-se aumento na despesa na ordem dos 3,5% e a redução do número de produções cirúrgicas realizadas, menos 64 cirurgias do que no ano anterior, o que se traduz num decréscimo de 7,25%.

3. Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde – Convenção PEACS (Privado)

Em 2018, a convenção para a prestação de ecografias mamárias, mamografias e colonoscopias, aos utentes do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira (SRS-Madeira), no âmbito do Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde (PEACS), registou um incremento com a adesão de quatro novos prestadores privados, dois para a realização de colonoscopias e dois para a realização de ecografias mamárias e mamografias.

Os Quadros 8 e 9 resume o número de exames realizados, bem como os valores faturados neste setor.

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<i>Colonoscopias</i>	63	118	130	80	39	33	37	27	3	6	1	0	537
<i>Estudos Anátomo-Patológicos</i>	21	37	20	5	14	8	3	5	0	0	0	0	113
<i>Ecografias Mamárias</i>	25	23	33	44	49	42	47	41	0	0	0	0	304
<i>Mamografias bilateral, duas incidências por mama</i>	46	42	66	90	100	80	94	82	0	0	0	0	600

Quadro 8 – Número Mensal de exames realizados - Convenção PEACS (Privado) em 2018.

Em 2018, foram realizadas 537 Colonoscopias, 113 Estudos Anátomo-Patológicos e 904 Ecografias Mamárias e Mamografias, em prestadores aderentes do setor privado, cuja prescrição tem origem no Serviço Público, com o objetivo de reduzir a lista de espera do SESARAM nestas áreas.

	Quantidade	Total Faturado	Total Conferido	Diferença
<i>Colonoscopias</i>	537	46.416,93 €	43.576,06 €	-2.840,87 €
<i>Estudos Anátomo-Patológicos</i>	113	1.440,75 €	1.211,25 €	-229,50 €
<i>N.º Ecografias Mamárias</i>	304	4.408,00 €	4.379,00 €	-29,00 €
<i>N.º Mamografias bilateral, duas incidências por mama</i>	600	12.300,00 €	12.177,00 €	-123,00 €
<i>TOTAL 2018</i>	<i>1554</i>	<i>64.565,68 €</i>	<i>61.343,31 €</i>	<i>-3.222,37 €</i>

Quadro 9 – Total Faturado vs Conferido e n.º exames realizados - Convenção PEACS (Privado) em 2018.

As **Colonoscopias** absorveram a fatia de despesa mais relevante, seguido da **Mamografia bilateral**, duas incidências por mama.

	2017	2018	Δ % 2017-2018
Valor Faturado	53.444,19 €	64.565,68 €	20,81%
Valor Conferido	53.165,00 €	61.343,31 €	15,38%
Total de Exames	708	1554	119,49%

Quadro 10 – Total Faturado vs Conferido e n.º exames realizados - **Convenção PEACS (Privado)** - Variação anual 2017/2018.

Assinale-se o crescimento expressivo obtido em ambas as variáveis, com repercussão na redução das listas de espera dessas especialidades.

4. Convenção para a prestação de cuidados de saúde na área da diálise – Convenção Diálise

Na sequência da aprovação da convenção para a prestação de cuidados de saúde na área da diálise, em 3/11/2017, aos utentes do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira e com a adesão de um prestador privado, em dois locais (Funchal e Machico) concretizou-se o acesso dos utentes a esta opção de cuidados de saúde nesta área.

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<i>Diálise - Modalidade de Preço Compreensivo sem acessos vasculares por sessão dia (Unidade Funchal)</i>	3943	3565	3910	3959	1437	4097	4210	4114	3955	4120	4014	4164	45488
<i>Diálise - Modalidade de Preço Compreensivo sem acessos vasculares por sessão dia (Unidade Machico)</i>	1407	1212	1355	1367	4246	1430	1532	1489	1418	1473	1464	1458	19851
TOTAL	5350	4777	5265	5326	5683	5527	5742	5603	5373	5593	5478	5622	65339

Quadro 11 – Número Mensal sessões realizadas no âmbito da **Convenção Diálise** em 2018.

Atendendo à especificidade do tratamento dos utentes hemodialisados, de referir a distribuição uniforme das sessões ao longo do ano.

	Quantidade	Total Faturado	Total Conferido	Diferença
Diálise - Modalidade de Preço Compreensivo sem acessos vasculares por sessão dia (Unidade Funchal)	45488	2.874.057,49 €	2.840.771,10 €	- 33.286,39 €
Diálise - Modalidade de Preço Compreensivo sem acessos vasculares por sessão dia (Unidade Machico)	19851	1.245.710,09 €	1.239.589,88 €	- 6.120,21 €
TOTAL	65339	4.119.767,58 €	4.080.360,98 €	-39.406,60 €

Quadro 12 – Total Faturado vs Conferido e n.º sessões realizadas no âmbito da **Convenção Diálise (Privado)** em 2018.

De assinalar que o montante suportado pelo IASAÚDE ultrapassou os 4 milhões de euros, tendo-se verificado uma poupança de 39.406,60 € resultante do processo de conferência.

5. Programa de Intervenção Precoce no Cancro Oral - PIPCO-RAM

O Programa Regional da Saúde Oral em vigor na Região Autónoma da Madeira desde 2017, tem por objetivo a intervenção precoce no cancro oral.

Os cuidados prestados no âmbito deste programa são realizados em consultórios privados, competindo a estes diagnosticar a lesão da cavidade oral, podendo, para tal, retirar tecido para análise, e consequente encaminhamento do utente para o Prestador com Acordo com o IASAÚDE para a realização dos estudos anátomo-patológicos.

Médicos Dentistas Aderentes	Prestador Aderente Estudos Anátomo-Patológicos
7	1

Quadro 13 – Número de Aderentes ao **PIPICO-RAM** até final de dezembro de 2018.

No decurso de 2018 não se verificaram novas adesões ao programa, mantendo-se os mesmos aderentes.

	Prestações	Valor Faturado
Estudos Anátomo-Patológicos	0	0,00 €
Consultas	0	0,00 €

Quadro 14 – Total Faturado e n.º prestações **PIPICO-RAM** até fim de dezembro de 2018.

O Programa de Intervenção Precoce no Cancro Oral não representou qualquer despesa para o IASAÚDE em 2018.

Não se perspetivou conforme antecipado um crescimento efetivo de despesa, considerando as adesões iniciais verificadas ao PIPCO-RAM em 2017.

Considerando a necessidade de alargar o conceito de utente beneficiário, no acesso a este programa de intervenção em saúde, foi publicado o Despacho n.º 304/2018, de 29 de outubro, que altera o n.º 2 do artigo 2.º Anexo I ao Despacho n.º 284/2017, de 5 de julho, alterando-se o conteúdo, no que diz respeito a esta matéria.

Assim, passa a ter acesso ao programa qualquer utente que cumpra um dos requisitos estabelecidos:

- Ter idade igual ou superior a 40 anos, ou;
- Pertencer ao grupo de risco de utentes fumadores, ou;
- Possuir hábitos alcoólicos.

6. Acordos de Faturação

O IASAÚDE mantém há diversos anos acordos de faturação com prestadores privados de saúde, para a realização de **MCDT** e prestação de **Outros Cuidados de Saúde**, nas seguintes áreas:

Código	Área de MCDT	Prestadores com acordo
A	ANÁLISES CLÍNICAS	4
B	ANATOMIA PATOLÓGICA	3
C	CARDIOLOGIA	10
G	MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO	7
M	RADIOLOGIA	14
W	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	2
P	CUIDADOS RESPIRATÓRIOS DOMICILIÁRIOS	2

Quadro 15 – Número de Prestadores de MCDT, por área – Acordos de Faturação.

Código	Outros Cuidados de Saúde	Prestadores com acordo
S	CIRURGIAS	4
T	PRÓTESES DENTÁRIAS	2
Q	DIÁRIA DE PSIQUIATRIA	4

Quadro 16 – Número de Prestadores de Outros Cuidados por área – Acordos de Faturação.

À semelhança dos anos anteriores não se verificou a celebração de novos Acordos, dada a inexistência de suporte legal que os sustentasse, no entanto refira-se que esta situação foi colmatada com a publicação do Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2018/M, de 26 de junho, que veio regulamentar o regime de

celebração de Acordos de Faturação no Serviço Regional de Saúde.

6.1. Despesa - MCDT

Os valores apresentados no Quadro 17 refletem a despesa do IASAÚDE no último biénio, relativamente à faturação enviada mensalmente pelos prestadores de MCDT, com Acordos de Faturação.

Área	2017			2018			Δ % 2017-2018
	Faturado	Conferido	Diferença	Faturado	Conferido	Diferença	
Análises Clínicas	5.889.014,49 €	5.778.727,82 €	-110.286,67 €	5.109.429,66 €	4.949.484,16 €	-159.945,50 €	-14,35%
Anatomia Patológica	213.376,48 €	211.279,36 €	-2.097,12 €	153.030,00 €	146.029,50 €	-7.000,50 €	-30,88%
Cardiologia	801.963,40 €	790.926,72 €	-11.036,68 €	642.846,95 €	637.740,52 €	-5.106,43 €	-19,37%
Medicina Física e Reabilitação	1.706.525,10 €	1.701.129,40 €	-5.395,70 €	1.472.101,30 €	1.462.011,40 €	-10.089,90 €	-14,06%
Radiologia	1.070.561,80 €	1.059.526,57 €	-11.035,23 €	921.299,12 €	909.547,10 €	-11.752,02 €	-14,16%
Ressonância Magnética	619.892,32 €	611.910,82 €	-7.981,50 €	598.724,46 €	594.755,96 €	-3.968,50 €	-2,80%
Total	10.301.333,59 €	10.153.500,69 €	-147.832,90 €	8.897.431,49 €	8.699.568,64 €	-197.862,85 €	-14,32%

Quadro 17 – Total Faturado vs Conferido por área de MCDT - Variação anual 2017/2018.

Destaque-se, a redução significativa de despesa, no montante de 1.453.932,05 €, contrariando a tendência de anos anteriores. Tal facto decorre da alteração da entidade responsável pelo regime de benefícios do sistema de saúde ADSE, pelo que os acordos de faturação existentes cessaram na parte referente à faturação de despesas com cuidados de saúde aos beneficiários da ADSE da RAM, sendo que estas passaram a ser assumidas pela ADSE Nacional a partir de 01/01/2018.

Todas as áreas contribuíram para esta redução, com maior incidência em termos percentuais, nas áreas de Anatomia Patológica, (-30,88%), Cardiologia, (-19,37%), Análises Clínicas, (-14,35%), Radiologia, (-14,16%) e Medicina Física e Reabilitação, (-14,06%).

Em montante absoluto, saliente-se a redução nas áreas das Análises Clínicas (-829.243,66 €), Medicina Física e Reabilitação (-239.118), Cardiologia (-153.186,2 €) e Radiologia (-149.979,47).

6.2. Despesa - Outros Cuidados de Saúde

Evidencia-se de seguida as áreas relativas à prestação de Outros Cuidados de Saúde, que, igualmente absorveram despesa ao IASAÚDE.

Área	2017			2018			Δ % 2017-2018
	Faturado	Conferido	Diferença	Faturado	Conferido	Diferença	
Próteses Dentárias	70.605,34 €	70.591,85 €	-13,49 €	51.431,23 €	50.750,69 €	-680,54 €	-28%
Cuidados Respiratórios Domiciliários	2.340.851,95 €	2.290.263,63 €	-50.588,32 €	2.573.923,82 €	2.517.602,69 €	-56.321,13 €	10%
Psiquiatria	11.682.816,08 €	11.664.150,40 €	-18.665,68 €	13.039.374,76 €	13.004.124,22 €	-35.250,54 €	11%
Cirurgias	107.837,35 €	103.361,30 €	-4.476,05 €	115.956,57 €	97.885,59 €	-18.070,98 €	-5%
Total	14.202.110,72 €	14.128.367,18 €	-73.743,54 €	15.780.686,38 €	15.670.363,19 €	-110.323,19 €	10,91%

Quadro 18 – Total Faturado vs Conferido por área de *Outros Cuidados de Saúde* – Variação Anual 2017/2018.

Refira-se o aumento da despesa global no montante de 1.541.996,01 €, que se traduziu num aumento de 11%, face ao ano anterior. Para este aumento a área da Psiquiatria foi a que registou um aumento, em termos absolutos mais significativo, + 1.339.973,82 €. A segunda área mais representativa em termos absolutos no total da despesa foram os Cuidados Respiratórios Domiciliários, com um crescimento da despesa na ordem dos 227.000,00 €. Considerando a relevância dos Cuidados Respiratórios Domiciliários (CRD), discrimina-se a faturação e a conferência, e respetiva variação anual, por prestador e origem da prescrição dos tratamentos.

	2017				2018			
	Faturado		Conferido		Faturado		Conferido	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
TOTAL	1.724.274,97 €	617.496,84 €	1.686.389,13 €	603.874,50 €	1.855.912,98 €	718.010,84 €	1.814.398,60 €	703.204,09 €

Quadro 19 – Total Faturado vs Conferido por origem da prescrição dos *CRD* – Variação anual 2017/2018.

Realce-se que o crescimento global verificado na prescrição privada, corresponde a um aumento de +16% que supera a evolução registada na prescrição pública de +8%.

As correções efetuadas em 2018, no montante de 56.888,21 €, são da mesma ordem de grandeza, ao verificado em 2017, de 51.508,18 €, que se traduz também nas ponderações obtidas, que é a relação, em percentagem, entre as correções efetuadas e o montante faturado, conforme se constata no Quadro 20.

	Faturado	Conferido	Diferença	Ponderação (%)
2017	2.341.771,81 €	2.290.263,63 €	-51.508,18 €	-2,20%
2018	2.573.923,82 €	2.517.602,69 €	-56.321,13 €	-2,19%
Δ % 2017-2018	9,91%	9,93%	9,34%	

Quadro 20 – Total Faturado vs Conferido dos CRD – Variação anual 2017/2018.

6.3. Despesa – MCDT e OCS

No que concerne à conferência de MCDT e Outros Cuidados de Saúde, deu-se continuidade à política de rigor iniciada em anos anteriores, como se realça no quadro seguinte. Conforme nos mostra o Quadro 21, a ponderação obtida de 1,25% superior à pontuação registada em anos anteriores é ilustrativa, a que não será alheia a generalização da utilização do novo modelo de requisição e a clarificação estrita das regras de conferência aplicáveis.

	Faturado	Conferido	Diferença	Ponderação (%)
Ano 2016	23.260.159,89 €	23.027.738,11 €	232.421,78 €	1,00%
Ano 2017	24.503.444,31 €	24.247.474,35 €	255.969,96 €	1,04%
Ano 2018	24.678.117,87 €	24.369.931,83 €	308.186,04 €	1,25%

Quadro 21 – Total Anual Faturado vs Conferido de MCDT e Outros Cuidados de saúde.

Assinale-se a tendência de crescimento das regularizações (redução de despesa) efetuadas na conferência de MCDT e Outros Cuidados de Saúde, registando-se um montante corrigido de 308.186,04 €.

7. Valores Reembolsados ¹

De seguida apresenta-se a despesa do IASAÚDE com o reembolso de despesas de saúde aos utentes do SRS e aos beneficiários da ADSE.

	2016	2017	Δ % 2016-2017	2018	Δ % 2017-2018
SRS	3.103.356,11 €	3.428.009,01 €	10,46%	3.528.718,12 €	3%
ADSE	4.152.365,88 €	4.453.561,55 €	7,25%	1.216.452,02 €	-73%
TOTAL	7.255.721,99 €	7.881.570,56 €	8,63%	4.745.170,14 €	-40%

Quadro 22 - Valores reembolsados ADSE e SRS – Variações anuais.

Considerando a situação anteriormente aludida, relacionada com a alteração da entidade responsável pelo pagamento dos benefícios da ADSE a leitura apresenta-se enviesada, tendo-se verificado uma redução na despesa com o reembolso de despesas de saúde aos beneficiários da ADSE na ordem dos 73%, a que corresponde uma poupança para o IASAÚDE de 3.237.109,53 €.

Mantendo a tendência dos anos anteriores assistimos a um aumento da despesa com reembolso de despesas

de saúde aos utentes do SRS, ainda que menos significativa, face a 2017.

Em 2018 os reembolsos aos utentes do SRS, representaram 74% da despesa efetuada.

7.1. Valores Reembolsados – SRS

O Quadro abaixo apresenta a distribuição das despesas de saúde reembolsadas aos utentes do SRS, por tipo de cuidado de saúde.

Área	Valor	Peso (%)
MEDICINA CONSULTAS	660.878,77 €	18,73%
MEDICINA	64.436,35 €	1,83%
GASTRO	84.333,61 €	2,39%
CIRURGIA	96.989,28 €	2,75%
ANALISES	24.903,52 €	0,71%
ANATOMIA PATOLOGICA	6.084,87 €	0,17%
RADIOLOGIA	680.452,53 €	19,28%
RESSONANCIA MAGNETICA	200.848,25 €	5,69%
MEDICINA NUCLEAR	4.616,97 €	0,13%
MEDICINA FISICA E REABILITACAO	254.814,57 €	7,22%
MEDICINA DENTARIA	651.217,32 €	18,45%
PROTESES ESTOMATOLOGICAS	493.743,11 €	13,99%
MEIOS CORRECAO E COMPENSACAO	150.259,23 €	4,26%
LENTE E ARMACOES	15.268,55 €	0,43%
PROTESES AUDITIVAS	1.376,74 €	0,04%
MEDICAMENTOS E ANÁLOGOS	66.775,04 €	1,89%
DIPOSITIVOS CONTROLO DIABETES	92,00 €	0,00%
ACTOS TERAPEUTICOS AMBULATORIO	60.544,32 €	1,72%
OUTROS	11.083,09 €	0,31%
Total	3.528.718,12 €	100%

Quadro 23 – Distribuição dos Valores reembolsados em 2018 – SRS.

Verificou-se que as rubricas que consumiram mais despesa foram a Radiologia ((19,28%), as Consultas de Medicina (18,73%), a Medicina Dentária (18,45%) e as Próteses Estomatológicas (13,99%).

7.2. Valores Reembolsados – ADSE

O Quadro 24 mostra a distribuição das despesas de saúde reembolsadas aos beneficiários da ADSE. Estas referem-se a prestações realizadas aos beneficiários ADSE no ano de 2017, no entanto e considerando que os beneficiários dispõem de 6 meses para entregar as despesas para reembolso, coube ao IASAÚDE, o reembolso destas despesas no início de 2018.

Área	Valor	Peso (%)
MEDICINA CONSULTAS	143.533,11	11,80%
MEDICINA	77.033,52	6,33%
CIRURGIA	65.822,02	5,41%
ANALISES	446,40	0,04%
RADIOLOGIA	84.126,74	6,92%
MEDICINA NUCLEAR	210,00	0,02%
MEDICINA FISICA E REABILITACAO	133.130,04	10,94%
MEDICINA DENTARIA	175.190,69	14,40%
PROTESES ESTOMATOLOGICAS	129.555,25	10,65%
MEIOS CORRECAO E COMPENSACAO	60.824,25	5,00%
LENTE E ARMACOES	252.611,06	20,77%
COMPLEMENTO EM INTERNAMENTO	59.521,85	4,89%
COMPLEMENTO EM AMBULATORIO	13.843,58	1,14%
TRATAMENTOS TERMAIS	191,54	0,02%
ENFERMAGEM	165,86	0,01%
ESTRANGEIRO/MISSAO OFICIAL	1.160,82	0,10%
MEDICAMENTOS E ANÁLOGOS	4.734,47	0,39%
OUTROS	14.350,82	1,18%
Total	1.216.452,02 €	100%

Quadro 24 – Distribuição dos Valores reembolsados em 2018 – ADSE.

As áreas de despesa mais significativas foram as Lentes e Armações, a Medicina Dentária, as Consultas de Medicina, a Medicina Física e Reabilitação e as Próteses Estomatológicas.

Os valores abaixo referem-se à faturação das farmácias da RAM, referente à comparticipação de medicamentos aos utentes do Serviço Regional de Saúde e do Serviço Nacional de Saúde, enviada mensalmente ao IASAÚDE, cuja conferência está a cargo do CCF.

Saliente-se que a partir de 1 de janeiro de 2018, passámos a assumir a despesa com medicamentos da ADSE.

¹

Dados fornecidos pela USI

8. Faturação das Farmácias da RAM ²

	2016	2017	Δ % 2016-2017	2018	Δ % 2017-2018
Valores Faturados	28.618.624,73 €	29.007.116,62 €	1,36%	35.581.754,18 €	22,67%

Quadro 25 – Valores faturados das Farmácias – Variação anual.

Em 2018, observou-se um expressivo aumento de 22,67% dos valores faturados pelas 65 farmácias da RAM ao IASAÚDE, face ao ano de 2017, traduzido num aumento da despesa na ordem dos 6.574.637,56 €.

Este aumento justifica-se entre outras razões, pelo facto de a partir de maio de 2018 os dispositivos médicos para apoio aos doentes com incontinência e retenção urinária, os produtos ostomizados e as câmaras expansoras deixarem de ser reembolsadas pelo IASAÚDE e passarem a ser comparticipados em 100% pelas farmácias. Também em 2018, o IASAÚDE passou a assumir as despesas com os medicamentos dos beneficiários da ADSE.

8.1. Valores Conferidos

Os valores apurados, são o resultado do processo de conferência, pelo CCF, relativo às faturas das farmácias. Embora se verifique um significativo aumento da faturação as regularizações efetuadas baixaram para 68.303,01 €, a que corresponde uma ponderação baixa de 0,19%. Saliente-se a tendência anual de redução das correções realizadas. Esta evolução estará relacionada com a generalização da prescrição eletrónica de medicamentos.

	Faturado	Conferido	Diferença	Ponderação (%)
Ano 2016	28.618.624,73 €	28.238.255,41 €	380.369,32 €	1,33%
Ano 2017	29.007.116,62 €	28.910.262,45 €	96.854,17 €	0,33%
Ano 2018	35.581.754,18 €	35.513.451,17 €	68.303,01 €	0,19%

Quadro 26 – Total Anual Faturado vs Conferido das Farmácias.

²
Dados fornecidos pela USI

9. DESPESA GLOBAL – UOC

Em resumo, apresenta-se no quadro abaixo os valores globais que representaram despesa nas áreas da dependência da UOC.

Área	Valor	Peso (%)
Protocolo PEACS – SESARAM, E.P.E.	79.487,40 €	0,11%
Protocolo PRC – SESARAM, E.P.E.	1.400.000,01 €	1,99%
Convenção PEACS - Privado	61.343,31 €	0,09%
Convenção - Diálise	4.080.360,98 €	5,81%
MCDT – Acordos de Faturação	8.699.568,64 €	12,38%
Outros Cuidados de Saúde – Acordos de Faturação	15.670.363,19 €	22,31%
PIPCO-RAM	0,00 €	0,00%
Reembolsos (ADSE e SRS)	4.745.170,14 €	6,75%
Farmácias - Medicamentos	35.513.451,17 €	50,55%
Total	70.249.744,84 €	100,00%

Quadro 27 – Distribuição da Despesa UOC em 2018.

Numa análise global verificou-se que mais de 50% da despesa destinou-se à comparticipação com Medicamentos nas farmácias, seguindo-se os Acordos de Faturação para a prestação de Outros Cuidados de Saúde, que absorveu 22,31% do total da despesa e MCDT que responde por 12,38%.

Os setores dos Reembolsos (ADSE e SRS) em regime livre, com 6,75% e a Convenção – Diálise com 5,81% possuem também um peso importante no total da despesa. De salientar que 2018 constitui o primeiro ano de referência de execução de despesa para a Convenção – Diálise.

Conforme ilustrado graficamente, as restantes quatro rúbricas são residuais no conjunto da despesa.

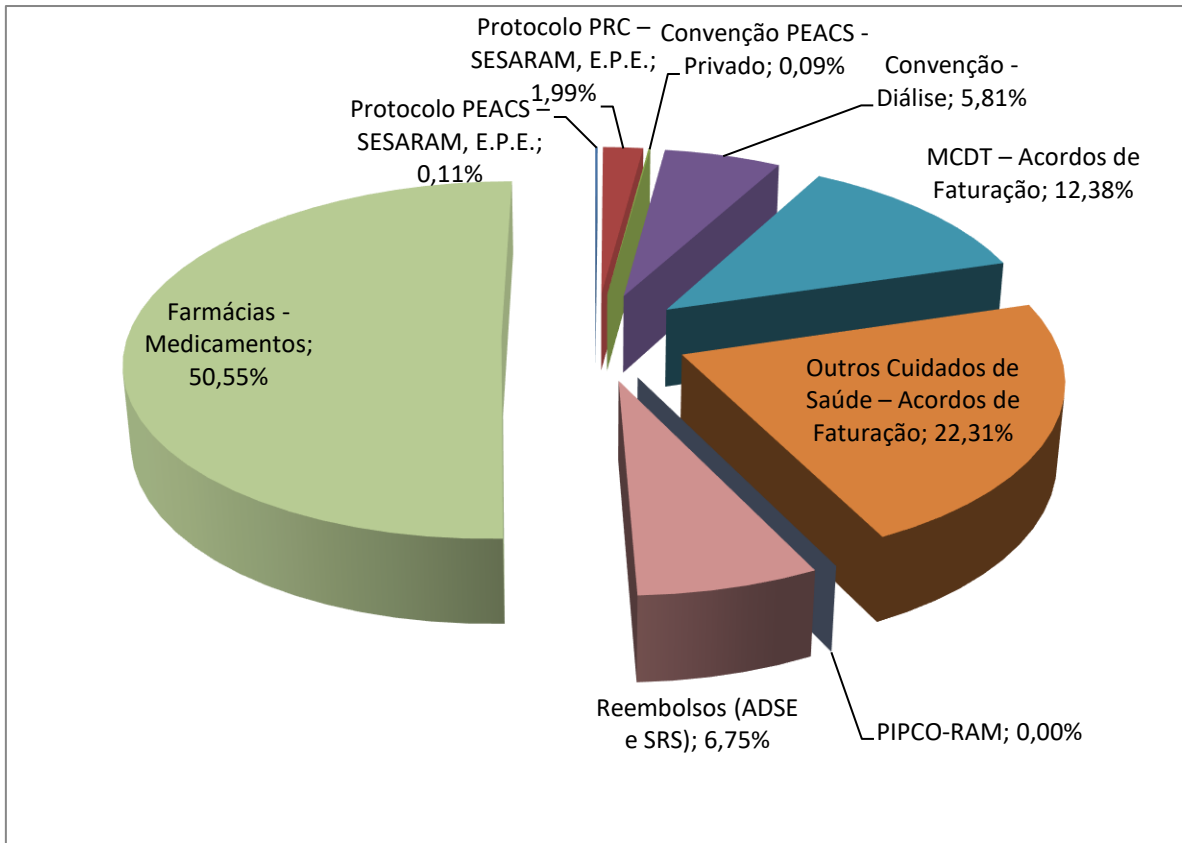


Gráfico 1 – Distribuição da Despesa UOC em 2018.